

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**GERENCIAMENTO SOCIAL:  
UM ESTUDO DE CASO**

GELTON MEDEIROS

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2001

GELTON MEDEIROS

**GERENCIAMENTO SOCIAL:  
UM ESTUDO DE CASO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social, orientado  
pela Professora Maria Ester Menegasso**

Defendido em:  
Flópolis, 05/07/01.

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2001


  
**Prof.<sup>a</sup> Krystyna Matys Costa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

GELTON MEDEIROS

**GERENCIAMENTO SOCIAL:  
UM ESTUDO DE CASO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social, orientado pela Professora Maria Ester Menegasso**

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>ª</sup> Maria Ester Menegasso  
**Presidente da Banca Examinadora**



Maria Lúcia Bernardino Battistotti  
Bacharel em Educação Física  
**Examinadora**



Ivan Luiz Eco  
Bacharel em Ciências Contábeis  
**Examinador**

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2001

## AGRADECIMENTOS

À Prefeitura Municipal de Florianópolis, pela abertura de campos de estágio, onde pude realizar a disciplina de Estágio Supervisionado;

Ao Curso de Serviço Social no qual pude construir meu conhecimento para o exercício da profissão de Assistente Social;

À Professora Maria Ester Menegasso, pela orientação dada para a realização deste trabalho;

Aos professores do Curso de Serviço Social, pelas oportunidades dadas e atenção recebida sempre que necessitei;

Aos meus colegas de aula, os já formados, os que estão se formando e os que ainda virão a se formar, pois todos esses anos de curso não teriam sido tão divertidos sem eles;

À minha supervisora de estágio, Adair, por toda a confiança, apoio e contribuição dados para a minha formação profissional;

Às minhas mais que colegas de trabalho, Alcione, Beatriz, Cleusa, Fátima, Gisele, Ieda, Helena e Simone, tanto pelo apoio nesse momento como também por terem acreditado no meu trabalho e me dado grandes oportunidades;

Às minhas irmãs, Gelsa e Nargele, especialmente à Gelsa, pelos sacrifícios realizados para que eu pudesse vencer mais essa etapa da minha vida;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram na minha formação profissional e a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso

Meu muito obrigado.



**À minha Mãe**

**Pois sem todo o apoio e subsídio  
dado por ela, eu não teria  
conseguido aproveitar a  
oportunidade de cursar a Faculdade  
de Serviço Social.**

**Com certeza minhas condições de  
vida seriam bem diferentes se minha  
mãe não tivesse olhado por mim  
todos esses anos.**

**Mãe, te amo e agradeço.**

### **À minha Noiva**

**Durante essa etapa de conclusão do Curso de Serviço Social, foi ela quem mais esteve ao meu lado.**

**Compreendeu o momento que eu atravesssei, e me apoiou e ajudou no que foi possível. Acredito que seu eu tivesse que fazer tudo de novo, ela faria comigo.**

**Julie, a ti meu amor e agradecimento.**

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - AS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE AO DESEMPREGO.....	4
2.1 - Políticas Sociais de Trabalho e Emprego.....	4
2.2 - Políticas de Trabalho e Emprego e Governo Local.....	11
2.3 - Políticas Municipais de Trabalho e Emprego.....	16
3 - O PROJETO CENTROS DE PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR.....	20
3.1 - Antecedentes do Projeto.....	20
3.2 - O Delineamento e Trajetória do Projeto.....	24
3.3 - O Contexto Atual do Projeto.....	28
4 - A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO.....	33
4.1 - Contextualização.....	33
4.2 - Serviço Social e Gestão de Políticas Sociais.....	39
4.3 - Ação Profissional: Implementação de Políticas Sociais.....	48
4.3.1 - As Demandas do Projeto CPP.....	48
4.3.2 - Situando a Intervenção.....	49
4.3.3 - O Gerenciamento do Projeto CPP.....	51
4.3.4 - A Função e Instrumentos de Trabalho do Assistente Social.....	58
4.3.5 - Resultados e Avaliação.....	62
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
7 - BIBLIOGRAFIA.....	73
ANEXO.....	77

## 1 - INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil, em relação ao mundo do trabalho, vem atravessando um momento crítico, pois o número de trabalhadores que não encontram oportunidades de emprego chega a sete milhões em todo o país. Diante desta crise, o Estado vem pondo em prática políticas sociais voltadas à geração de trabalho e renda.

Essas políticas buscam diminuir os impactos gerados pelo sistema econômico atual que não vem proporcionando a equidade e justiça social; nem suprimindo as necessidades básicas do trabalhador, o que chega a ser uma transgressão ao mais elementar dos direitos humanos, que é o de sobrevivência.

Ter um trabalho e uma renda é um direito de todo cidadão, pois a forma de distribuição de riquezas mais usual, no sistema econômico atual, é por meio do exercício de uma atividade remunerada, o emprego. Não ter um trabalho ou emprego, significa, para um segmento de trabalhadores, ser excluído do processo social, ser submetido aos dramas morais e econômicos da miséria e da marginalidade.

Para tanto, o Estado há de encarar a crise do emprego como um desafio social, dedicando especial atenção a esta questão, de forma a reverter-se o quadro de exclusão dos trabalhadores do processo produtivo. Neste contexto, o Assistente Social pode, também, inserir-se como agente dinamizador de busca e construção de alternativas de atendimento das demandas sociais.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Bacharelado em Serviço Social, tem como objetivo apresentar e discutir a experiência prática de intervenção no contexto atual do desemprego, vivenciada como estagiário junto ao Projeto Centros de Profissionalização Popular (CPP), da Divisão de Capacitação Profissional, setor executor de programas sociais da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Assim, este trabalho apresenta um

estudo acerca das políticas sociais de trabalho e emprego e a inserção do Assistente Social numa organização pública promotora de políticas sociais de trabalho e renda.

Este estudo justifica-se pelo fato que cada vez mais as políticas de trabalho e emprego estão sendo ampliadas, havendo grande preocupação com sua sistematização e continuidade, com sua eficiência, eficácia e efetividade. Neste contexto há de se pensar a atuação dos profissionais diretamente ligados à implementação destas políticas.

O estudo reflete a preocupação com a necessidade de clareza do planejamento e gerenciamento social, e também do fazer profissional nestes; sendo posto como instrumento de garantia dos espaços institucionais de intervenção, bem como, de determinação do Assistente Social em seu projeto profissional.

Para a construção deste TCC, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre políticas públicas e sociais de trabalho e emprego de âmbito nacional, estadual e municipal, sobre planejamento, gerenciamento social, planos/programas/projetos governamentais e processos de trabalho em Serviço Social. Estas pesquisas foram organizadas de forma a apresentar conceitualmente a ação governamental sobre a questão do desemprego, destacar o que vem acontecendo e de que forma está sendo posto em prática. O estudo também foi no sentido de contextualizar a intervenção profissional do Assistente Social.

Além da bibliografia a respeito das políticas sociais e processos de trabalho, também foram utilizados documentos sobre o Projeto CPP, registros, atas de reuniões, relatórios, diários de campo da experiência de estágio e outros trabalhos de conclusão de curso referentes ao projeto.

Um retrospecto dos registros e relatórios feitos na época de estágio também foi utilizado neste trabalho, com a intenção de colocar lado a lado a prática e a teoria, para melhor analisar a intervenção profissional junto ao Projeto CPP.

As disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório I, II e III foram realizadas no período entre setembro de 1999 a dezembro de 2000, onde a participação no planejamento, gerenciamento e execução do Projeto CPP foi prática constante do estagiário.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em quatro capítulos distintos e complementares. Inicialmente, discorre-se sobre as políticas sociais de trabalho e emprego a nível nacional, colocando a questão do desemprego do Brasil, bem como as ações governamentais desencadeadas por essa. Também são analisadas as políticas municipais de

combate à crise do emprego, onde há um relato do que de principal vem acontecendo em Florianópolis.

O segundo capítulo apresenta a evolução dos projetos sociais de combate ao desemprego no município de Florianópolis, mais especificamente do Projeto Centros de Profissionalização Popular. Sendo brevemente relatado o que foi implementado entre os anos de 1985 e 2000 em relação às políticas de trabalho e emprego.

O capítulo terceiro contextualiza a reformulação na organização das políticas sociais, proporcionada pelas reformas do Estado. Reformas essas que orientam os governos ao papel de gestores de políticas sociais, que buscam promover a participação da sociedade civil na proposição, execução e monitoramento dos programas sociais.

Trata também da localização do Serviço Social nesta conjuntura. Das novas demandas da divisão social do trabalho para o Assistente Social e como se estrutura a ação desse profissional diante do planejamento e gerenciamento social. Assim, neste capítulo situa-se o processo de trabalho do Assistente Social no Projeto CPP.

O capítulo quarto apresenta conclusões e recomendações relativas ao trabalho como um todo.

Finaliza-se arrolando as referências bibliográficas e a bibliografia que embasaram a elaboração deste TCC.

## **2 – AS POLÍTICAS SOCIAIS DE COMBATE AO EMPREGO**

### **2.1 - POLÍTICAS SOCIAIS DE TRABALHO E EMPREGO**

No Brasil, as pesquisas de opinião pública voltadas ao levantamento dos problemas sociais mais sentidos pela população, indicam com pouca variação, o desemprego como o principal deles. Popularmente, o desemprego tem como conceito falta de oportunidade de trabalho remunerado. Ou pura e simplesmente falta de trabalho remunerado.

O Censo Demográfico brasileiro de 2000 apresenta uma população brasileira composta por 169.544.443 habitantes (sendo que a população rural é de apenas 31.847.004 habitantes), deste número aproximadamente 76 milhões compõem a População Economicamente Ativa (PEA) brasileira e, segundo estimativas, não chega a 70 milhões o contingente que mantém ocupação. (IBGE, 2001)

Dentro destes 70 milhões, encontram-se os trabalhadores que ocupam postos formais de emprego e também aqueles trabalhadores que exercem ocupações informais, que fazem parte da chamada economia informal, ou seja, exercem atividades esporádicas e/ou os chamados subempregos, onde as condições de trabalho chegam a ser desumanas, chegando até mesmo a não dar o retorno financeiro necessário para subsidiar os mínimos sociais.

Pode-se observar que popularmente, desemprego é considerado falta de postos de trabalho, então importa necessariamente à população, se suas ocupações sejam abrangidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pela Previdência Social, desde que haja o trabalho e sua efetiva remuneração; isto é, a preocupação em si do trabalhador é ter uma fonte de renda, seja ela formal ou informal.

Vale salientar rapidamente, que emprego formal é aquele que se encontra sob as legislações trabalhistas, através do termo contratual (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS) firmado entre empregador e empregado, e que, obrigatoriamente, esteja incluído na organização formal da economia produtiva.

Em contra-ponto, tem-se o emprego informal que, partindo do entendimento acima, é o oposto do emprego formal, ou seja, é o trabalho realizado para outra pessoa, empresa ou organização sem registro em carteira de trabalho, proteção social do trabalho e recolhimento para a Previdência Social. Este trabalhador inexistente para a economia formal. As razões para isso formam um rol extenso; seja porque, por iniciativa própria, o trabalhador implanta um empreendimento sem a preocupação de sua legalização; seja por inescrupulosidade do empresariado quanto a pagamentos de impostos; seja pela baixa oferta de postos de trabalho, onde o trabalhador recorre à informalidade; seja por vantagens financeiras; seja por barreiras burocráticas ou que mais for.

Referente a crise do emprego, tem-se dois pontos a serem considerados: a exclusão do mercado de trabalho, formal ou informal, e o trabalho informal em si. Nos dois casos há prejuízos tanto para o trabalhador como para a sociedade. No caso da exclusão do mercado de trabalho, há o empobrecimento da população e falta de condições de subsistência; para o trabalhador na informalidade seus prejuízos resumem-se em não ser reconhecido pela legislação trabalhista e Seguridade Social (Previdência Social), onde poderia dispor de direitos a proteção social e a benefícios e outros serviços previstos como ações compensatórias ao trabalhador.

Ao desemprego, são atribuídas diversas causas, interligadas entre si ou não, estruturais ou conjunturais. A teoria mais difundida por estudiosos na área, é referente ao sistema econômico capitalista, na sua relação capital x trabalho.

A industrialização é um dos fatores que em décadas atrás foi considerado como a chave para a estruturação do mercado de trabalho. A ela, foi atribuída a responsabilidade de sustentar o desenvolvimento econômico do Brasil., isso a partir da segunda metade do século passado, porém, o que se vê hoje, é que o processo de industrialização do Brasil foi incapaz de absorver a mão-de-obra excedente, ou parte considerável.

Observa-se nos últimos anos um decréscimo no quadro funcional do setor industrial brasileiro, devido em grande parte, a uma quebra na cadeia produtiva brasileira. O crescimento



em determinados mercados industriais não são proporcionais a outros, pois muitas indústrias importam a matéria necessária para sua produção rompendo com o comércio entre as indústrias do Brasil. (Pochmann, 1997)

Talvez a indústria nacional não tenha desenvolvido como esperado. Lamentavelmente não a ponto de criar uma sustentabilidade no mercado de trabalho do país, mas o suficiente para abrigar parte dos trabalhadores brasileiros e fundar uma ponta de esperança na questão do emprego no Brasil. Porém, que ocorre agora é que aqueles trabalhadores preparados e integrados à indústria e que viam nela uma garantia de futuro, estão sendo dispensados devido à substituição do homem pela máquina.

Um outro fator agravante da situação do emprego brasileiro, é o inchaço populacional, a urbanização descontrolada das cidades; o mercado de trabalho de um município, por maior que esse seja, sempre encontrará dificuldades de absorver a crescente oferta de mão-de-obra. Este é um fenômeno de fácil percepção, ao resgatar-se a história, pode-se observar que nos anos de 1930, a grande maioria dos trabalhadores encontrava-se na zona rural, mas nessas últimas décadas percebe-se o contrário, cada dia mais famílias emigrantes chegam às cidades grandes. Mesmo que mudando o caráter produtivo do Brasil nos últimos cinquenta anos, as taxas de pobreza não se modificaram. (Pochmann, 2001)

Para Dowbor e Bava (1996), as principais causas do abandono da sua área de origem por parte do homem rural, é a subutilização da terra, constituída pela monocultura e o implemento tecnológico dos equipamentos agrícolas, uso da terra como reserva de valor e a pecuária extensiva.

Na questão do desemprego, é relevante ainda o implemento tecnológico dos serviços, a exploração do trabalho infantil, a falta de proteção/fiscalização do trabalho formal, a economia informal, falta de qualificação/educação profissional, o não investimento na diversidade econômica do país, o desrespeito às particularidades locais de desenvolvimento e até mesmo a subutilização ou uso inadequado de verbas de órgãos de desenvolvimento econômico.

O desemprego não é fenômeno recente, e algumas de suas causas são seculares. Para o Brasil, como potência econômica, o desemprego pode significar um entrave para sua afirmação mundial, mas para o trabalhador, a ótica é outra. Há décadas que o brasileiro vem expondo suas condições de vida no mundo do trabalho como angustiante questão social; a

exploração capitalista da mão-de-obra, a falta de subsídios para a própria reprodução da força de trabalho e as baixas oportunidades de ingresso/reingresso no mercado de trabalho fazem parte do cotidiano do trabalhador.

Foi a partir do início do século passado, que as primeiras políticas trabalhistas começaram a surgir. Desconsiderando algumas manifestações protecionistas no final do século XIX, de cunho clientelista, a primeira política de amparo a riscos sociais ocorreu em 1923, com a Lei Eloy Chaves, sendo instituídas as Caixas de Aposentadoria e Pensão para empregados das estradas de ferro.

No decorrer do século XX, os esforços governamentais foram no sentido das políticas de ações compensatórias, que, *“originárias do reconhecimento público dos riscos sociais do trabalhador assalariado, ampliam-se a partir da Segunda Guerra Mundial como meio de prover proteção social a todos os trabalhadores”*. (Silva, 2001, p. 167)

Este tipo de política social é considerado de caráter passivo, isto é, aquela política que se destina à proteção do trabalhador, objetivando frear o desemprego, sem necessariamente elevar as taxas de emprego. São ações de pagamento de benefícios, intermediação de mão-de-obra, fiscalização do trabalho e construção de sistemas informacionais sobre o mercado de trabalho.

A Consolidação das Leis Trabalhistas é uma prática passiva instaurada na primeira metade do século XX, que prima pela regulação e regulamentação das relações no mundo do trabalho; agindo preferencialmente sobre as formas de utilização da força de trabalho, procurando garantir as condições humanas e legalmente aceitáveis para os empregos existentes.

Dois outros instantes das políticas sociais valem ser lembrados: (a) a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que tinham como diretriz a atuação sobre a vida social e familiar do operário e sua educação profissional e (b) o Estado de Bem-Estar Social, que objetivava custear a reprodução da força de trabalho, em parte, com ampla cobertura de serviços públicos e prestação de benefícios sociais à população; assim não seria o salário a única fonte de subsistência do trabalhador e sua família.

Mas, a preocupação com condições sociais do trabalhador agora divide espaço com a preocupação com a empregabilidade do mesmo.

*“Não faz muito tempo, costumávamos associar emprego com indústria (ou um serviço público estável), postos de trabalho, estabilidade e proteção (...) com a reestruturação produtiva, o emprego migrou da indústria para os serviços, formais ou informais. Na produção flexível perdeu a vinculação ao posto no mercado em mutação, tornando-se instável e autônomo”* (Mehedff, 1998, p. 1)

Essas transformações exigem do Estado outro posicionamento, pois até mesmo aquele cidadão preparado para assumir um posto de trabalho na indústria, já não se percebe nesse novo contexto produtivo. Agora as ações governamentais não podem mais ser simplesmente de caráter de proteção e regulação. Somado a isso, o Estado deve conhecer e desvendar a estrutura que agora se redesenha.

Diante disso, tomam forma as políticas ativas de trabalho e emprego, aquelas que, extra-mercado, procuram combater o desemprego e ampliar o número de postos de trabalho. Essas políticas buscam repensar a produtividade do trabalhador e mobilizar e organizar a sociedade frente à necessária re-organização da produtividade.

Uma primeira manifestação das políticas ativas de trabalho e emprego, foi em relação à formação profissional. Toda uma estrutura educacional brasileira foi constituída, no século passado, para se profissionalizar os trabalhadores para seu ingresso no mercado de trabalho. Porém, todo esse sistema estava voltado para o desenvolvimento industrial do país, era uma educação de massa preparatória do “chão-de-fábrica”. Um desenho de ensino que se constituía por um curso relativamente longo onde priorizava-se o “saber-fazer” do trabalhador, e que por muitas vezes chegava a substituir a educação básica do trabalhador.

Era uma política educacional que privilegiava as habilidades práticas específicas do trabalhador, para quem seria suficiente o preparo para ocupar um posto de trabalho. Era o que exatamente se fazia necessário, *“pois no fundo, numa certa fase, o mercado brasileiro absorvia muito bem o operário-padrão: disciplinado, leal, pronto a vestir a camisa da empresa, mesmo que fosse quase iletrado”*. (Mehedff, 1998, p. 2)

Agora, com todas as mudanças da produtividade mundial, não há muitas oportunidades para esse tipo de profissional. Depois de décadas, passou-se a exigir um novo perfil do trabalhador, aquele que ao invés de apenas o “saber-fazer”, tenham também o “saber-aprender” e “saber-ser”.

Procura-se agora, ter-se políticas sociais de formação/educação profissional atentas às novas demandas do mundo do trabalho. Para tanto a maior preocupação passa a ser com a educação básica.

Em 1996, tinha-se no Brasil 14,86 % da População Economicamente Ativa (PEA) (11 milhões de trabalhadores) sem nenhum ou com até um ano de escolaridade, 17,56 % (13 milhões) entre um e três anos, 43,24% (32 milhões) entre 4 e 10 anos e 18,91 % (14 milhões) acima de onze anos de estudo. Referente aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, 48 % do contingente (16,8 milhões) não chegava a ter o primeiro grau completo. A PEA dessa época chegava a ter uma média de escolaridade de 3,5 anos. (IBGE, 1997).

Nesse sentido, alcança-se alguns avanços, hoje a média de escolaridade da PEA é de aproximadamente 8 anos. (IBGE, 2001)

A educação/formação profissional vem ganhando destaque dentro das políticas sociais de trabalho e emprego, sinal disso é o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), implantado a partir de 1996, sob a Resolução 126/96, sendo acima de tudo “*uma estratégia de inclusão da educação profissional na pauta da política pública de trabalho e geração de renda*”. (PLANFOR, 1996, p. 1) O Plano tem como diretrizes a construção metodológica-conceitual, a formação de redes técnicas e parcerias com diversos atores sociais envolvidos na questão do emprego/desemprego e o foco de atenção voltado para a sociedade civil.

O PLANFOR vê na educação profissional um mecanismo para a melhoria da qualidade e competitividade no setor produtivo, ampliando as condições de empregabilidade do trabalhador e fortalecendo a sua cidadania. Para tanto, é estabelecida uma meta de qualificação e requalificação de 20 % anual da PEA, num processo contínuo e sistematizado, contendo fundos específicos para os programas de qualificação profissional.

Os fundos utilizados pelo Plano Nacional de Formação Profissional são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é administrado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Destaque então, desta política de formação/educação profissional, é de que conta com fundos próprios e específicos, e a administração destes se dá por uma comissão de políticas públicas tripartite (participação de três seguimentos da sociedade: empregados, empregadores e governo) e paritária (descentralização equilibrada do poder decisório).

Referente a essa forma de gestão dos fundos públicos, vale lembrar que é um *“privilegiamento da criação de novos espaços institucionais de participação social com poder deliberativo, entendida como estratégia política que, além de possibilitar maior eficiência da gestão pública, amplia as oportunidades de acesso ao poder de novos sujeitos”* (Cohn, 1998, p. 109)

Além da garantia de transparência da utilização dos recursos, é grande a contribuição para as políticas públicas brasileiras. Esse sistema estrutura-se igualmente nos estados e municípios, atuando de forma descentralizada da esfera federal a gestão das políticas de trabalho e emprego.

Um outro programa dentro das políticas de trabalho e emprego é o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que investe no financiamento e apoio institucional à formação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços de micro, pequeno e médio porte. Desta forma, busca-se dinamizar o setor econômico como via de criação de novos postos de trabalho. O programa também conta com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Com base em estatísticas como as da cidade de São Paulo, que no ano de 2000 viu serem criados cerca de 500 mil novos empregos a partir da abertura de micro e pequenas empresas, que vale a importância do investimento na iniciativa de negócios próprios do setor autônomo da economia.

Os beneficiários do PROGER são pessoas físicas, como trabalhadores autônomos, empreendimentos de caráter domiciliar, prestadores de serviços e artesãos; pessoas jurídicas, como micro e pequenas empresas instaladas ou em fase de implantação, que procuram expandir seus negócios; e cooperativas e associações que necessitem de financiamento para investimentos e para capital de giro.

O grande empenho das políticas de trabalho e emprego, recai sobre as duas principais estratégias adotadas: a descentralização do poder decisório e a otimização de recursos a partir da articulação institucional. É na busca de maior efetividade dessas políticas que surge a estruturação de três âmbitos deliberativos: federal, estadual e municipal (Conselho Deliberativo do FAT, Conselhos Estaduais de Trabalho e Emprego e Conselhos Municipais de Trabalho e Emprego). As parcerias são constituídas a partir destas três esferas, buscando não

somente constituir-se uma rede técnica, mas um espaço privilegiado de promoção de propostas coletivas frente à crise do emprego no Brasil.

## **2.2 - POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO E GOVERNO LOCAL**

A crise no mundo do trabalho é um mal que atinge o país como um todo. Porém, as soluções não precisam ser pensadas apenas em âmbito nacional. Essas podem ter como base as particularidades locais e a ação mais direta que o governo municipal pode realizar sobre a população. Pode se ter, então, a descentralização da gestão das políticas de trabalho e emprego para as esferas municipais como uma estratégia de combate ao desemprego.

As diretrizes nacionais na formulação conceitual e metodológica, de articulação institucional e apoio à sociedade civil, promovem grande abertura para que os governos locais exerçam sua municipalidade. Não se trata de fragmentação da política social, elemento que deve ser combatido, mas sim, da adequação dessas políticas mais amplas às características que constituem cada município da nação.

Habitualmente, credita-se ao governo municipal, como formas de combate ao desemprego, a política de capacitação profissional (com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, repassados através dos Conselhos Municipais de Trabalho e Emprego, por meio do Plano Nacional de Formação Profissional), ou incentivos fiscais para empresas alocarem-se em seu território. De certa forma, são práticas bastante valiosas, mas, não necessariamente únicas.

A qualificação profissional se faz importante em dois sentidos: na valorização, como na especialização da mão-de-obra ociosa. E o incentivo da instalação de novas empresas é política eficaz na criação de maior demanda de mão-de-obra local.

Mas, essas práticas devem ser pensadas de acordo com as peculiaridades locais e intrinsecamente relacionadas entre si, pois de outra forma, tornar-se-ão um grande prejuízo de investimento institucional. A capacitação profissional deve ser condizente com o setor econômico, deve ser pensada à guisa de estudos da potencialidade local, bem como o



recebimento de empresas deve estar de acordo com as características municipais, ser precedido de uma infra-estrutura adequada, além de ser bem avaliado o seu poder de absorção da mão-de-obra desocupada.

Seguramente, a primeira etapa de um projeto alternativo de trabalho e emprego municipal é de o governo local tomar consciência da amplitude que pode alcançar suas ações. Não se pode mais admitir de uma prefeitura apenas as questões de infra-estrutura, preocupada com o sistema viário, com as condições das vias públicas, sistema de água e esgoto e iluminação.

Muito se discute sobre prefeituras assumirem um compromisso de inovação em suas formas de atendimento às demandas sociais, desenvolvendo políticas e projetos que mais objetivamente propunham-se a atingir os problemas, não mais apenas nos pontos de estrangulamento. Para tanto, há de se investir maciçamente em políticas governamentais que digam respeito às condições sociais da população.

Referente ao mundo do trabalho, os governos locais estão procurando adequar-se aos novos contextos, condizentes à discussão “emprego x desemprego” e na busca da legitimação da sua posição de gestores e promotores primeiros das ações sociais. Cabe ao governo municipal retomar a frente da responsabilidade com as questões sociais, ser agente agregador dos atores sociais em torno do objetivo comum de desenvolvimento social.

Dowbor e Bava (1996) contribuem propondo aos municípios três linhas de ação: (a) elaboração de políticas de emprego e trabalho; (b) a organização dessas políticas e (c) formulação de estratégias.

Atualmente, a esfera governamental deixou de ser o único agente de caráter social. Em muito vem crescendo o contingente de entidades de cunho assistencial. Neste sentido, destacam-se entidades que prestam os mais variados serviços de interesse público, envolvidas em projetos sociais isoladamente ou articuladas entre si. Essas entidades encontram-se no exercício de ações sociais voltadas aos segmentos de maior vulnerabilidade social.

É importante o governo local estar atento a estas iniciativas, a estes agentes e seus objetivos sociais declarados, pois de grande oportunidade passa a ser uma estratégia, dentro das políticas de trabalho e emprego, de articulação entre ações e atores sociais. Buscar a mobilização de tais entidades, pode resultar em uma forma de otimização de recursos institucionais e de maior alcance social dos programas de combate à pobreza.

Essa estratégia pode também ser conceitualizada como formação de parcerias e redes. Scherer-Warren (1999) nos coloca que o *“uso operacional do conceito de rede técnica tem sido amplamente utilizado por planejadores urbanos para o desenho de estruturas e uso de equipamentos e serviços urbanos”*. (Scherer- Warren, 1999, p. 37)

A participação do segmento das entidades de cunho assistencial, pode ser vista para além da otimização de recursos. Leva-se em conta que tal participação estende-se até os *“foros de elaboração de consenso em torno dos problemas-chave do desenvolvimento”*. (Dowbor e Bava, 1996, p. 108) A realidade da construção coletiva de soluções só vem a colaborar em formas mais rápidas de sanar as necessidades público-sociais.

Dowbor e Bava (1996) nos colocam ainda, que o enfoque em eixos críticos de ação é fator relevante para a mobilização dessas entidades sociais e outros atores sociais em torno de um objetivo comum. Seria a busca da comoção social diante da questão do desemprego.

À medida que um governo local dispõe-se em tomar uma atitude em relação à crise do emprego, o interessante é que se trace algumas direções. Essas direções serão deliberadas, como dito antes, de acordo com o conhecimento sobre a realidade do município. A construção de um sistema de informação passa a ser um mecanismo de organização e definição das políticas municipais. Sendo que *“para que se possa conhecer melhor a estrutura do mercado de trabalho e de sua evolução conjuntural, uma sugestão é dispor de uma série de mecanismos que, analisados em conjunto, devem permitir a construção de um cenário sobre o qual as ações deverão recair e promover alterações”* (Pimentel, 2001, p. 115)

Tais informações devem incidir sobre:

- setores econômicos predominantes;
- volume de produção;
- recursos subutilizados;
- potencial de crescimento;
- desemprego qualitativo/perfil da força de trabalho disponível;
- setores econômicos com potencialidade de exploração
- dentre outros.

Esse conjunto de informações necessariamente recairá sobre duas variáveis: potencial produtivo e demanda de produtos e serviços do município. Isso será suficiente para se mapear



o município no sentido de conhecer sua população trabalhadora, o setor em que se tem maior predisposição para um desenvolvimento econômico, nichos de mercado, postos de trabalho ou classes de postos de trabalho ofertados e demanda por produtos e serviços que o município apresenta. A partir daí, pode-se traçar as políticas de ação. (Goulart, 1995)

Não há mais porquê discutir se o município deve assumir parte da responsabilidade com a crise do emprego, ou não, pois já são inúmeros os governos locais em linha de enfrentamento da pobreza, e de tal forma essas ações estão sendo efetuadas, que a legitimação dos projetos dessa natureza, se concretizam e se confirmam através dos resultados alcançados.

O investimento maior que ocorre ultimamente a nível municipal, é no âmbito da dinamização do setor econômico, por meio de incentivo à formação de novos empreendimentos. Procura-se o fomento de novas micro e pequenas empresas, a partir de um projeto governamental que conjugue crédito facilitado, burocracia simplificada e capacitação e assessoria à implantação e gerenciamento. A proposta é de que todas aquelas dificuldades encontradas pelo novo empreendedor sejam reduzidas ou até mesmo eliminadas.

Apesar de nem todos os municípios enfrentarem as mesmas particularidades dentro da crise do emprego, alguns projetos alternativos vêm se apresentando como preferidos, por sua praticidade, eficiência e por experiências já consolidadas. Como exemplo tem-se:

- apoio e assessoria a pequenas e médias empresas e empresas de economia social, bem como a instituição do crédito de confiança;
- o gerenciamento de resíduos sólidos como alternativa de geração de trabalho e renda e
- o investimento em produtos exclusivos de cada região.

Projetos governamentais de apoio e formação de cooperativas e associações de trabalhadores também estão recebendo grande atenção. Estas percebem também todo o incentivo dado às pequenas e micro-empresas, ainda dispondo de prerrogativas extras. É uma forma tanto de organizar o setor informal produtivo do município, como de se estar atento a trabalhos que podem estar sendo realizados sob condições precárias.

A problemática dos resíduos sólidos dos municípios agora também está sendo vista e aproveitada como oportunidade para o desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda. O que era antes uma aflição administrativa dos governos locais, tornou-se uma alternativa de geração de renda. O lixo, que antes não possuía uma solução definitiva, agora

assume caráter de matéria-prima para diversos fins, servindo tanto para a indústria de transformação, como para a reciclagem artesanal.

Essa idéia está sendo concretizada principalmente a partir de núcleos populares de trabalho, que realizam atividades de coleta seletiva, triagem ou reciclagem. A base para a efetivação de projetos como este exige investimento em duas diretrizes: a comunicação social com objetivos de difundir a coleta seletiva e a construção de parcerias com entidades diretamente vinculadas às questões ambientais.

Referente à experiência da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, do município de Belo Horizonte/MG, Jacobi coloca que as *“metas foram formuladas para atingir o sistema como um todo, articulando-se não só com outras áreas do poder público, mas também com a iniciativa privada e a sociedade civil organizada”*. (Jacobi, 2000, p. 34). As premissas dessa experiência são da consistência tecnológica e qualificação e valorização do trabalhador da limpeza pública.

Outros projetos que podem ser citados, são aqueles que se direcionam para o desenvolvimento da produtividade com base em particularidades e recursos do próprio município. Seja um produto natural da localidade, a cultura regionalista, ou um setor econômico predominante da região que tenha bom potencial de aproveitamento.

Faz-se importante ressaltar, dentro das políticas municipais de trabalho e emprego, as políticas públicas, espaços institucionais de participação social nos processos propositivos e deliberativos.

A intenção principal dessa prática, seria de criar canais para que todos os segmentos da sociedade possam participar das proposições, deliberações e fiscalizações, intervindo nas políticas públicas. Nisto, abre-se espaço para que a parte mais interessada, a sociedade civil, possa ser participante nas discussões referentes às questões do mundo do trabalho. É notório que *“as entidades populares possam não só apresentar suas reivindicações como propor mudanças e participar das decisões que envolvam as políticas públicas que, de outra forma seriam tomadas em gabinetes fechados”*. (Lima, 1998, p. 20)

A preocupação não é só com a transparência das ações governamentais, mas também com a eficácia dos programas de geração de trabalho e renda. Desta forma, busca-se constituir fóruns permanentes de discussão, onde empregados, empregadores e governo juntos busquem as respostas à crise do emprego, tanto no país como nos municípios.

### 2.3 - POLÍTICAS MUNICIPAIS DE TRABALHO E EMPREGO

Florianópolis, capital de Santa Catarina e centro político-administrativo do Estado, é apresentada ao país, por diversos meios de comunicação, como uma das melhores cidades do Brasil para se viver.

Esse tipo de propaganda vem contribuindo para que a imigração ao município aumente consideravelmente. O contingente populacional de Florianópolis, em trinta anos, cresceu em 386 %. Na década de 1970, havia no município uma população de imigrantes de 22% do total de sua população, hoje este número é de 85%; e continuam chegando a cada ano cerca de 7.000 imigrantes. (PMF, 2001)

Muitos destes imigrantes acabam por firmar residência no município; considerando que grande parte não encontra a oportunidade para o ingresso no mercado de trabalho e, por muitas vezes, não apresenta condições de subsidiar ao menos uma moradia considerada mediana, acaba por aumentar os bolsões de pobreza florianopolitanos, aglomerando-se nas regiões de baixa renda de Florianópolis.

Em dois momentos a migração para Florianópolis foi mais consistente; um seria aquele que é qualificado como a consolidação do mercado de serviços públicos do município, com a inauguração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), aumento do quadro funcional da administração pública, que ainda proporcionou um alargamento do comércio e do setor de habitação. (Franzoni, 1993)

O outro momento foi o período de grandes obras na Grande Florianópolis, as pontes, as rodovias, pavimentação de grandes extensões de estradas e as obras de infra-estrutura e saneamento. Tais obras obrigaram suas empreiteiras a aumentarem seu quadro funcional; e como no caso dos serviços públicos, esse momento ocasionou também um segundo crescimento no setor de comércio e habitação.

Diante da crise nacional do emprego que atinge também o município e região, há a mobilização de várias instituições, não limitada ao âmbito governamental. Pode-se aqui citar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Associação Florianopolitana de Voluntárias (AFLOV), a Fundação Franklin Cascaes, o Serviço Nacional

de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), a Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sindicatos, associações comunitárias, entre outras mais.

Esses diversos atores sociais assumem as mais variadas filosofias e apresentam os mais diversos projetos, desde a pura profissionalização até o encaminhamento ao mercado de trabalho. Atendem todas as classes e faixas etárias, com metodologias específicas de acordo com o perfil e interesse de seus usuários.

Estas instituições prestam principalmente serviços de qualificação profissional propriamente dita, capacitação e assessoria à gestão de empreendimentos e inserção/reinserção no mercado de trabalho. São serviços prestados em rede, em parcerias e também isoladamente por cada entidade.

Experiências de parcerias são exercícios que exigem grande esforço e envolvimento entre as partes interessadas e se faz mais exigente ainda da parte do gestor de projetos nesse âmbito. Em Florianópolis, há projetos sociais de combate ao desemprego que dinamizam as redes e as parcerias técnicas, mas são pouco difundidas as experiências nessa área.

A imagem divulgada de Florianópolis é relativamente falsa, mas mesmo assim, o município está entre as primeiras opções dos emigrantes do interior do estado de Santa Catarina. O município enfrenta uma crise na questão do emprego, como qualquer outra cidade do país, ainda mais agravada com esse inchaço populacional e a urbanização descontrolada.

A População Economicamente Ativa do município é avaliada em 47 % da população total; sendo que o mercado de trabalho de Florianópolis não consegue absorver essa oferta de mão-de-obra. (IBGE, 2001) A situação do emprego no município é preocupante, dado que o contingente populacional que tem renda mensal entre zero e dois salários mínimos, é de 137.924 pessoas, considerando que destas aproximadamente 80.000 não possuem renda alguma. (PMF, 2001)

A situação de trabalho em Florianópolis apresenta condições de subemprego na maioria dos casos, ou de exploração salarial e ainda de emprego informal.

O município hoje apresenta como setores da economia, com grande potencial a ser explorado, o de turismo e do cultivo agropecuário de minifúndio. Mas, levando em conta suas

pretensões turísticas, crê-se que o turismo é o filão a ser mais explorado. Sempre com a preocupação de fugir de um vício já assimilado, que é o turismo sazonal.

*“Florianópolis que, por sua característica de incentivo ao turismo, principalmente no verão, amplia grandemente sua capacidade de absorver uma mão-de-obra não especializada, fortalecendo uma falsa imagem de capacidade permanente de oferecimento de empregos e melhores condições de vida”.* (Silva 1996, p. 26)

Florianópolis é composta por mais de 40 praias, sua geografia é considerada paradisíaca, atributos propícios para o turismo. Em pesquisa feita pela Universidade do Estado de Santa Catarina, divulgada no jornal Diário Catarinense de 28 de janeiro de 2001, constata-se que a valorização dada pelos munícipes à Florianópolis como pólo turístico de verão é grande. Percebe-se isso pelo fato de que 69,55% dos entrevistados responderam que indicariam ao turista, como maior atrativo, as praias da cidade.

O potencial turístico de Florianópolis está sendo visto, nos últimos anos, para além de três ou quatro meses ao ano, muitas são as instituições que estão se mobilizando para a consolidação do turismo cultural. Este se apresenta como uma alternativa considerável para o mercado de trabalho. Na mesma pesquisa, encontra-se um dado bastante interessante: 52,95 %<sup>1</sup> das pessoas entrevistadas vêem o turismo como grande potencial a ser explorado para geração de renda; porém, dependente de um planejamento e articulação interinstitucional no sentido de dinamizá-lo.

O setor da agropecuária também pode ser considerado como alternativa de geração de trabalho e renda, apesar de Florianópolis possuir 96,98 % de sua população na zona urbana. (PMF, 2001) Apesar de não ser bem aproveitada, é grande a diversidade de cultivos no município. Pode-se citar a maricultura como o cultivo de maior interesse no momento, que envolve vários produtores de ostras de algumas comunidades do município e uma equipe técnica multi-institucional para assessorá-los. O mercado da maricultura para esses produtores já alcança nível nacional.

No sentido de reversão do quadro de desemprego em Florianópolis, a diretriz básica do município é de qualificação/requalificação profissional, onde são executadas as ações do Plano Nacional de Formação Profissional a nível municipal. Porém, outros projetos

<sup>1</sup> Segundo o coordenador da pesquisa, José Mafra, professor da UDESC, este é um dado baseado em médias, pois as opiniões variam de localidade para localidade. Exemplo da comunidade do Ribeirão da Ilha que em 93,06 % aprova o turismo. (Diário Catarinense, 2001)

alternativos também compõem os programas de combate ao desemprego. Pode-se citar alguns como exemplo:

- a Comissão Interinstitucional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em fase de consolidação, que tem por objetivo o reaproveitamento do lixo de Florianópolis de forma a constituir-se como alternativa de geração de trabalho e renda e evitar prejuízos ecológicos com o acúmulo do lixo nos chamados lixões;
- o Projeto Arte na Comunidade, iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Florianópolis, em fase de estruturação, que busca revigorar o turismo e a cultura do município, objetivando a criação de núcleos populares de geração de trabalho e renda que desenvolvam o artesanato local com motivos de Florianópolis e
- o Projeto Centros de Profissionalização Popular, que implanta nas comunidades de baixa renda de Florianópolis, centros voltados ao desenvolvimento de cursos profissionalizantes e formação de grupos de produção/serviços, como alternativa de ingresso dos concluintes dos cursos no mercado de trabalho.

Destaca-se para estes três exemplos, a questão da articulação interinstitucional. Nestes três projetos há o envolvimento de entidades de vários fins sociais na busca da otimização de recursos e construção de propostas que venham a tornarem-se ações concretas na reversão no quadro de desemprego em Florianópolis.

É grande o esforço, nos últimos anos, de articulação entre as instituições do município para a consolidação de projetos sociais capazes de atuarem integralmente, em comunidades, no enfrentamento das questões sociais.

Na sequência apresenta-se o Projeto CPP, que se configura como um desses esforços, envolvendo num objetivo comum entidades como a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.



### **3 - O PROJETO CENTROS DE PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR**

#### **3.1 - ANTECEDENTES DO PROJETO**

Em 1985, o prefeito eleito Edison Andrino deu início ao processo de implantação de políticas de trabalho e emprego a nível municipal em Florianópolis, abrindo caminhos para a construção do Projeto Centros de Profissionalização Popular (CPP).

A iniciativa do Prefeito Andrino, por certo, foi consequência de sua participação na Comissão Especial sobre Desemprego, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no início da década de 1980 como Deputado Estadual, juntamente com os demais deputados Bulcão Viana, Coelho Netto, Marcondes Marchetti, Francisco Küster e João Amarante.

A Assembléia Legislativa, por meio da Comissão Especial sobre Desemprego, elaborou diretrizes estaduais de combate ao desemprego, onde as duas principais seriam o envolvimento dos diversos atores sociais afins na questão e o respeito às peculiaridades de cada município. A comissão, por não ter caráter executivo, buscava principalmente a discussão de propostas de ação e a mobilização social frente à crise do emprego em Santa Catarina. Para tanto, concentrava esforços na ampliação das discussões sobre trabalho e emprego a todos os municípios do estado de Santa Catarina, repassando a estes o compromisso da concretização das ações.

A partir dessas iniciativas, as políticas sociais de geração de trabalho e renda foram implantadas em Florianópolis. Em sua gestão como prefeito, Edison Andrino deu início a um

projeto de profissionalização, contando com a assessoria de uma empresária do setor do vestuário, para o atendimento de trabalhadores para o ramo da costura industrial.

Uma estratégia metodológica proposta pela Comissão Especial sobre Desemprego, e seguida pela gestão Edison Andrino (1985-1988), foi de construção de sistemas informacionais, tendo dois conjuntos principais de dados: potencial produtivo e demanda do mercado de trabalho do município. Com base nas análises desses dados, em Florianópolis, optou-se por investir no setor do vestuário; capacitando trabalhadores no serviço de corte e costura industrial.

Diante dessa escolha, foi oportuna a assessoria prestada pela empresária Ninita Muniz, a qual supervisionou diretamente o desenvolvimento do projeto e da qualificação profissional. A Assessoria de Desenvolvimento Econômico, vinculada ao Gabinete do Prefeito de Florianópolis, em articulação com Ninita Muniz, deu por formalizado o projeto, com a inauguração do Centro de Formação Profissional, da Divisão de Desenvolvimento Social do Menor, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

No Centro de Formação Profissional, localizado no bairro da Trindade, foram instalados todos os equipamentos necessários para cursos de corte e costura, sendo também adquirido o material de consumo para os mesmos.

Tal projeto, ainda contava com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como entidade executora dos cursos de corte e costura industrial.

Até então, algumas diretrizes elaboradas pela Comissão Especial sobre o Desemprego estavam sendo seguidas, como a de envolver os segmentos competentes do sistema produtivo municipal na construção de propostas de trabalho e geração de renda. Porém, para o segmento mais interessado na questão, a população, não tinha-se um mecanismo de participação bem elaborado. Na gestão seguinte, Espiridião Amin/Bulcão Vianna (1989-1992), foi dado o primeiro passo, ainda que não consistente para um projeto de promoção da participação popular.

O processo de aperfeiçoamento do Projeto CPP deu-se de forma natural, atravessando quatro gestões de administração pública municipal distintas entre si, até o ano de 2000. A cada gestão buscava-se aprimorar o projeto governamental de combate ao desemprego, seguindo a filosofia de trabalho de cada prefeito. Da gestão de 1985-1988 para a de 1989-1992, pode-se



perceber grandes modificações, como por exemplo a preocupação com a organização produtiva da população atendida.

Esta organização produtiva seria uma ação de mobilização e otimização de recursos humanos e materiais da comunidade, de investimento na organização da mão-de-obra, do setor informal, em núcleos de trabalho e renda e formação de empreendimentos produtivos comunitários.

Outra mudança foi que, na gestão 1989-1992, onde Espiridião Amin afastou-se da Prefeitura, assumindo assim Bulcão Vianna, os cursos profissionalizantes foram levados para dentro das comunidades; antes esses eram realizados apenas no Centro de Formação Profissional na Trindade.

A partir desse momento, o projeto passa a se chamar Unidades Comunitárias de Profissionalização e Produção (UCPP), no qual a proposta era de promover a organização produtiva das comunidades.

Embora a Prefeitura Municipal de Florianópolis deva ter a preocupação com a crise do emprego a nível municipal, inicialmente a ação da política de geração de trabalho e renda da gestão 1989-1992, assim como a anterior, teve uma abrangência de pequenas proporções, devido aos limitados recursos. Contudo, os esforços de ampliação do atendimento já apontavam mais duas localidades a serem beneficiadas com os cursos profissionalizantes: a região do Saco Grande II e do Jardim Ilha-Continente.

Na intenção de que houvesse o apoio comunitário para a implantação do Projeto UCPP nas comunidades do Saco Grande II (Ilha) e Jardim Ilha-Continente (Continente), foram realizados encontros e contatos com as associações de moradores e lideranças comunitários. Nesses foram postas as propostas de construção de prédios para a realização de cursos de qualificação profissional, ou até mesmo a alocação de espaços já existentes nas comunidades.

Prontamente as comunidades aderiram à proposta, mas aos poucos foram decepcionando-se, pois já não percebiam grande oportunidade no projeto, após não reconhecerem nessa ação governamental um espaço concreto de participação comunitária.

Para a comunidades do Jardim Ilha-Continente, a decepção com o Projeto UCPP foi no exato momento em que soube-se que um curso de corte e costura seria ministrado, curso bem diferente daquilo desejado pela comunidade.

Todo o prédio do Projeto UCPP implantado nessa comunidade, havia sido planejado e construído para receber um curso de mecânica de automóveis, com portas amplas e grande espaço interno. Porém o curso direcionado a essa comunidade foi de corte e costura, aproveitando todos os equipamentos já adquiridos na gestão Edison Andrino.

*“Foi um elefante branco grávido que desceu de pára-quedas na comunidade, todo mundo esperava o nascimento de um menino e nasceu uma menina”*. (Link, 1997, p. 36). era o tipo de comentário freqüente na comunidade do Jardim Ilha-Continente após a construção do prédio do Projeto UCPP.

A comunidade não se conformou com essa decisão estritamente governamental, no qual não houve o envolvimento da comunidade. Nessa gestão ainda não se tinha grande preocupação da construção de um espaço de discussão de políticas públicas, tendo o projeto apenas um caráter intervencionista na questão do desemprego.

Por certo, a falta da promoção da participação comunitária e o desrespeito aos anseios e preferências da população criaram grande constrangimento para o Projeto UCPP. Naquele momento, ainda era forte a lógica institucional de tutela, fator que levava a se desconsiderar qualquer busca da articulação governo/comunidade, para a construção de propostas de ações que diziam respeito às condições sociais da população. Quanto a isso Chaves diz que

*“As pessoas passavam assim a apoiar o projeto na medida em que ingressavam nos cursos, entendendo muitas vezes que o município estava oferecendo tal oportunidade a título de ‘favor’, já que era ‘tudo de graça’. Essa lógica do pensamento institucional utilizado por estas gestões no município fazia do Projeto UCPP um mecanismo de cooptação popular. E se concretizava à medida que nessas unidades de profissionalização não existia nenhum trabalho de orientação que privilegiasse a discussão e a democratização das relações comunitárias, isso demonstra não haver, ainda, nenhum tipo de ligação capaz de fazer a mediação comunidade-governo”* (Chaves, 1996, p. 59)

Mesmo assim, o Projeto UCPP foi um grande salto, a partir do momento que instalou cursos profissionalizantes no interior das comunidades, facilitando o acesso de seus usuários e buscando não somente a profissionalização, mas também a organização da comunidade frente a sua produtividade.

O Projeto Centros de Profissionalização Popular, agora da gestão Sérgio Grando (1993-1996), foi constituído sobre os pressupostos da Comissão Especial sobre Desemprego e propostas concretas alcançadas pelas gestões anteriores. Esse projeto utilizou prioritariamente

as unidades e equipamentos já instalados pelos projetos anteriores, das parcerias já formadas e também os caminhos abertos para a conquista de novos parceiros. O setor do vestuário ainda foi o privilegiado no Projeto CPP, exatamente por se dispor de equipamento já adquirido, mas a metodologia de ensino foi um pouco diferenciada, passando a se pensar amplamente a empregabilidade do trabalhador.

### **3.2 - O DELINEAMENTO E TRAJETÓRIA DO PROJETO**

A gestão Sérgio Grando/Frente Popular (1993-1996) foi responsável pela formalização do Projeto CPP e pela assinatura do Convênio CPP. Nesse período, as responsabilidades da Assessoria de Desenvolvimento Econômico de Florianópolis sobre os programas de emprego e trabalho, foram transferidas para a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, pois não tinha, a primeira, poderes institucionais de execução.

Nesse momento, foi solicitado à Universidade Federal de Santa Catarina, assessoria para o Projeto CPP, assessoria já prestada à Comissão Especial sobre o Desemprego, objetivando, prioritariamente, a construção de um espaço institucional de mobilização dos diversos atores sociais envolvidos com o mundo do trabalho.

No dia 16 de julho de 1993, foi firmado o Convênio número 020/93, sob o título de Centros de Profissionalização Popular, que contara com a assinatura:

- da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE);
- da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- do Serviço Social do Comércio (SESC);
- da Secretaria de Estado de Habitação/Sistema Nacional de Emprego (SHD/SINE), atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Família/Sistema Nacional de Emprego (SDF/SINE);
- da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e

- da Escola Técnica de Santa Catarina/Fundação de Ensino Técnico de Santa Catarina (ETFSC/FETESC).

Destaque para as instituições SENAI e SEBRAE, pois estas participavam de projetos de geração de trabalho e emprego em parceria com a PMF desde gestões anteriores, sendo que a primeira continua, até esse momento, participando do Projeto CPP e a segunda afastou-se em 1994. Destaca-se ainda o afastamento da UDESC em 1996 e SESC e SDF/SINE em 2000 e a inclusão do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1996.

Quanto ao afastamento das entidades citadas, este se deu por que não estavam sendo devidamente efetuadas suas participações nas atividades do Projeto CPP, caso da UDESC, SESC e SDF/SINE, sendo alegado, por parte dessas instituições a dificuldade para a disponibilidade de recursos. No caso do SEBRAE, seu afastamento ocorreu após uma dívida com a PMF ser saldada; dívida esta que, de certa forma, condicionava sua participação no projeto.

O Convênio CPP alcança sua terceira gestão político-administrativa, tendo sido renovado por quatro vezes: duas no governo Sérgio Grando (1994 e 1996), e mais duas no governo Angela Amin (1998 e 2000).

Após a assinatura do Convênio CPP, o centro de profissionalização da região do Saco Grande II foi inaugurado; e uma outra região de Florianópolis passou a ser atendida pelo projeto. Em 1995, representantes da comunidade do PROMORAR, região do Monte Cristo (Continente), procuraram a coordenação do Projeto CPP a fim de que se implementasse cursos de qualificação profissional nessa comunidade.

O Projeto CPP, em sete anos de existência, foi marcado por avanços, dificuldades e transformações. A maior preocupação dos envolvidos foi sempre de se ter claros os objetivos do Projeto, era preciso ser perfeitamente compreendido o que eram meios e fins. Para o Projeto CPP, tem-se que seu objetivo é: *“levar a comunidades de baixa renda um programa de profissionalização para capacitar adultos e adolescentes a obterem renda a partir do seu próprio trabalho e/ou empreendimento”* (Projeto CPP, 1993, p. 3).

Mas, que programa de profissionalização era este? Qual sua metodologia? O empreendedorismo, o empreendimento caberia ao projeto também? Profissionalização e empreendimentos eram independentes entre si, eram estratégias de inserção no mercado de trabalho?

Estes eram questionamentos que não partiam propriamente do projeto, pois este trazia claras suas intenções. Eram questionamentos vividos no dia-a-dia das entidades conveniadas, no enfrentamento direto da pobreza junto ao Projeto CPP. Era preciso buscar respostas a questões como: *“queremos formar prestadores de serviços ou empreendedores? Queremos profissionalizar ou apenas gerar renda?”*<sup>2</sup>

Tantos questionamentos, tanto esforço para se construir uma política de trabalho trouxe avanços para o Projeto. Buscou-se então, diversificar as ações de combate à pobreza, inovar as estratégias, aperfeiçoar as metodologias. Nesse sentido, reviu-se, até mesmo, os objetivos do Projeto CPP.

O Projeto CPP teve três grandes marcos em sua trajetória, duas decorridas das discussões no interior deste e outra referente à perspectiva do Projeto CPP como política pública.

O primeiro grande marco é aquele onde efetivou-se a participação comunitária nas políticas de trabalho e emprego de Florianópolis. A partir da proposta da UFSC de se constituir uma metodologia que oportunizasse a organização comunitária que os esforços foram direcionados para que se inserisse a representação comunitária no Conselho Deliberativo do Projeto CPP, conselho esse que agrega representantes de cada entidade conveniada e qualifica-se como espaço de discussão e deliberação do projeto CPP.

Este trabalho seguiu em três eixos de ação:

- construção, dentro das comunidades, de uma estrutura representativa e deliberativa para atuar junto ao Conselho Deliberativo do Projeto CPP. Esta seria os conselhos locais, formados pelas lideranças eleitas de conselhos e associações de moradores. Deste Conselho Local seria nomeado um representante para ocupar uma cadeira dentro do Conselho Deliberativo;
- formação de lideranças comunitárias e moradores nas questões das políticas de trabalho e emprego com o curso de Formação de Agentes Comunitários de Apoio a Empreendimentos Produtivos, realizado nas comunidades atendidas pelo Projeto CPP e
- constituição de um banco de dados a respeito das comunidades, a partir da pesquisa do perfil produtivo, de forma a sustentar decisões e atividades do Projeto CPP.

---

<sup>2</sup> Ata de reunião do Conselho Deliberativo do Projeto CPP de 02 de março de 1995

Outro marco significativo na trajetória do Projeto CPP foi o Seminário de Avaliação, que envolveu todas as entidades conveniadas. Esse evento começou a ser planejado no final do ano de 1995 e início de 1996.

Tal evento foi de grande importância, pois aconteceu em um momento de evidente desmotivação e falta de efetiva participação por parte de algumas entidades. Isso se dava tanto pela falta de respostas aos questionamentos, como pela falta de resultados satisfatórios às entidades.

Foi proposto, então, que fosse reservado um dia exclusivamente para a realização de um encontro, onde seria analisado e deliberado sobre novos rumos do Projeto CPP.

A coordenação do Projeto CPP, composta por técnicos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, determinou que para a avaliação cada entidade seguiria um roteiro, previamente repassado a estas, e que, a partir dele, analisasse a validade do projeto, bem como os resultados já alcançados por esse. Essa análise deveria ser apresentada no Seminário de Avaliação.

Ao final da avaliação, realizada agora dentro do Seminário de Avaliação, alguns sucessos foram alcançados, novas estratégias foram elaboradas. Mas também houve o desligamento, por decisão própria, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

O ponto mais positivo deste seminário foi que renovou-se a sensibilidade das entidades com a questão, criando-se, desta forma, um envolvimento maior, por parte dessas, com o Projeto CPP.

O terceiro marco diz respeito à decisão de o Projeto CPP, de assumir definitivamente o desafio de criar empreendimentos produtivos, que servissem para a absorção a mão-de-obra qualificada nos cursos profissionalizantes do projeto. Tal determinação veio como que uma resposta a tantos questionamentos feitos pelas pessoas envolvidas com o projeto.

Foi a partir do grupo de produção de costureiras, egressas dos cursos de corte e costura, que se procurou constituir uma cooperativa. As profissionais, que nesse grupo ingressavam tinham, um prazo determinado para desligarem-se do grupo, isto é, de assumirem sua independência profissional. Este prazo era de dois anos e nesse período poderiam, as profissionais, estarem utilizando todos os recursos oferecidos pelo Projeto CPP. A questão é que ao final do prazo, muitas não se sentiam em condições para a procura de oportunidades de emprego.



Com base nisto, e na intenção de melhor oportunizar o ingresso dessas profissionais no mercado de trabalho, pensou-se a formação de uma cooperativa de costura. Um projeto-piloto dentro de Projeto CPP, que visaria uma forma de organização produtiva das comunidades, de auto-gestão e de lidar com o mercado informal de trabalho, deslocando assim o foco de atenção do emprego propriamente dito, para o trabalho de forma mais completa.

Atualmente o Projeto CPP está valorizando iniciativas como a cooperativa de costura e mobilizando cada vez mais a população e instituições diversas para a construção de novas propostas de alternativa de trabalho e renda.

### **3.3 - CONTEXTO ATUAL DO PROJETO**

Em seu sétimo ano de existência, o Projeto CPP sofreu algumas modificações, essas já podem ser percebidas nessa recente renovação, a quarta do Convênio CPP, em 2000. Essas mudanças foram ocasionadas tanto por fatores externos como internos.

Os externos dizem respeito às modificações no programa municipal de qualificação profissional do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego de Florianópolis (CMTE/Fpolis). Uma nova metodologia para a seleção dos cursos profissionalizantes, a serem executados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi encaminhada pelo Plano Estadual de Qualificação (PEQ)<sup>3</sup> aos conselhos municipais de trabalho e emprego; e os internos dizem respeito a todos os questionamentos sobre objeto e objetivos do Projeto CPP, seus meios e metodologias, isto é, quais seriam as melhores formas de combate ao desemprego.

Desde que o CMTE/Fpolis foi implantado, em 1997, o Projeto CPP é apresentado a este com um rol anual de cursos solicitados pelas comunidades atendidas por ele, a fim de obter-se os recursos necessários para sua realização. Ao longo de sua existência esta prática foi constante pelo CMTE/Fpolis, os cursos do Projeto CPP eram aprovados, encaminhados às

---

<sup>3</sup> O Plano de Qualificação Profissional é “um instrumento para progressiva articulação da oferta e da demanda de Educação Profissional em cada Estado, devendo explicitar a proporção da demanda a ser atendida com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador”. (Pimentel, 2000, p. 187)

entidades executoras conveniadas do Projeto CPP e ministrados nas comunidades que haviam solicitado tais cursos.

No ano de 2000, após três anos de sua criação, o CMTE/Fpolis teve sua forma de administração da organização dos cursos profissionalizantes modificada, de modo a melhor atender a população; por sua vez, essas mudanças repercutiram sobre o Projeto CPP.

O CMTE/Fpolis, passa a promover fóruns abertos à população, com o objetivo de selecionar os cursos profissionalizantes que constituirão o programa de capacitação profissional do município. Não serão mais aprovados projetos de qualificação profissional através do CMTE/Fpolis, a intenção é de que os cursos agora sejam oferecidos de forma mais abrangente ao município.

A metodologia estabelecida pelo PEQ aos conselhos municipais resumidamente é de:

- 1- realização de um fórum, onde os participantes poderão solicitar cursos por setores (serviços, artesanato/turismo, comércio/exportação, agricultura e indústria)<sup>4</sup>;
- 2- os participantes propõem e selecionam os cursos que, em suas avaliações, sejam mais adequados ao mercado de trabalho de Florianópolis e
- 3- após a aprovação em plenária, a relação de cursos de qualificação profissional é encaminhada à agência do Sistema Nacional de Emprego de Florianópolis, que irá distribuir os cursos às entidades executoras próprias de cada setor, para na sequência serem executados.

A partir daí, as comunidades, especialmente as atendidas pelo Projeto CPP, apreciarão duas grandes diferenças, se comparado à metodologia anteriormente aplicada:

- a oferta dos cursos será a nível municipal, dando-se preferência que estes sejam executados em localidades centralizadas, como por exemplo no centro da cidade e
- o cadastramento dos cursistas e a divulgação dos cursos são centralizados na agência de Florianópolis do SINE/SC, à rua Mauro Ramos, Centro.

Estas duas diferenças têm o objetivo de que os cursos sejam oferecidos de forma ampla a todo o município, facilitando o acesso de interessados de diversas comunidades. Mas, há prejuízo às comunidades mais pobres, pois não haverá divulgação ou inscrição para os

---

<sup>4</sup> Vale lembrar que o CMTE/Fpolis realizou, antes do fórum aberto à comunidade, um seminário preparatório onde apresentou estudos relativos às demandas do município, de forma a orientar os participantes para uma escolha de cursos profissionalizantes condizentes com a realidade de Florianópolis.



curios dentro dessas, obrigando aqueles trabalhadores interessados na qualificação oferecida a deslocarem-se de sua comunidade até a agência do SINE/SC em busca de informações.

Por não poder mais ser financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Projeto CPP perde seu caráter de profissionalização. Busca-se então concentrar os esforços, que antes eram voltados a cursos de capacitação, na perspectiva da organização do trabalho informal das comunidades, a partir de cooperativas, associações e grupos de produção/serviços.

A consolidação das novas diretrizes do Projeto CPP, se deu na assinatura do Primeiro Termo Aditivo de Re-Ratificação do Convênio 122/98. Neste momento de renovação do convênio, observa-se o desligamento, citado anteriormente, de duas entidades, sendo estas o SESC e SDF/SINE.

Estas duas entidades julgaram por bem não ratificar o compromisso, pois seus envolvimento com as atividades do projeto não vinham sendo efetivos, e que isso poderia ser prejudicial para a execução do projeto. A partir do momento em que tais entidades assumissem um compromisso técnico e não pudessem efetuar-los, poderiam estar pondo em risco todo um planejamento.

Apesar da não continuidade dessas entidades, ainda assim essas se colocam à disposição do Projeto CPP, não dentro de um compromisso formal, mas no que for possível de se contribuir.

A partir de então, fazem parte do Convênio CPP a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina/Fundação de Ensino Técnico de Santa Catarina, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, onde todos estão cientes das modificações ocorridas na metodologia do CMTE/Fpolis e que influenciaram o projeto.

É condizente com toda a discussão decorrida na trajetória do Projeto CPP, a proposta colocada então. A inserção no mercado de trabalho é o objetivo concreto que se procura alcançar de agora em diante, seja pela intermediação da mão-de-obra ou organização de grupos de produção ou serviços.

Dado o princípio que, inserção no mercado de trabalho, muitas vezes, exige a capacitação profissional, e tendo as entidades executoras parceiras no Convênio CPP essa

consciência, é fácil para o Projeto CPP intermediar e alcançar bons resultados sobre o direcionamento de cursos de capacitação às comunidades envolvidas.

As entidades parceiras estão bastante envolvidas nessa nova fase do Projeto CPP, seja por estarem cientes do novo contexto que abrange o projeto, conscientes de que as estratégias de combate ao desemprego estão evoluindo e por terem acompanhado as discussões internas do Projeto CPP. O interesse por essa nova fase pode ser percebido nas atribuições adotadas por cada instituição. Dentre elas podemos destacar:

*Caberá à PMF:*

- (...)
7. *Articular-se com as Entidades Comunitárias para recrutar e selecionar os candidatos aos cursos oferecidos pelo Projeto CPP, bem como, para viabilizar a criação de empreendimentos produtivos.*
  8. *Articular com a comunidade, visando otimizar os equipamentos comunitários existentes.*
  9. *Promover a Educação Complementar através de conteúdos específicos, conforme programa do Projeto CPP.*
- (...)
11. *Colaborar na viabilização de pontos de venda, feiras ou eventos, com vistas à comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos produtivos do Projeto CPP.*
- (...)
17. *Viabilizar alternativas de geração de renda, em parceria com as Entidades Conveniadas, através de criação e assessoria de empreendimentos produtivos, nas regiões em que o Projeto CPP atua.*

*Caberá à UFSC:*

- (...)
2. *Assessorar técnicos da PMF na busca de informações sobre a realidade sócio-econômica-produtiva das comunidades envolvidas no Projeto CPP, incluindo as seguintes etapas: construção do instrumento de coleta de dados, pré-teste, aplicação do instrumento de coleta de dados, crítica, expurgo, análise e interpretação dos dados, que constituirão o relatório final.*
  3. *Viabilizar 20% das vagas oferecidas pelas oficinas pedagógicas de trabalho com grupos populares do NESSOP/DSS/UFSC, para o Projeto CPP.*

*Caberá à ETFSC/FETESC:*

- (...)
4. *Colaborar na viabilização de implantação e implementação de empreendimentos produtivos nas regiões em que o Projeto CPP atua.*

*Caberá ao SENAI/SC:*

(...)

4. *Promover orientação técnica para grupos de produção, associações e cooperativas, nas competências: automobilística, panificação e mecânica.*

*Caberá ao SENAC/SC*

*(...)*

5. *Colaborar na viabilização de feiras e ou eventos, com vistas à comercialização do produto e valorização do contexto social, cultural, recreativo e de saúde das comunidades envolvidas.*

*(...)*

7. *Prestar assessoria aos grupos de produção, associações e cooperativas, de acordo com as necessidades e respeitando-se as áreas de atuação do SENAC.”*

*(Convênio CPP, 2000, p. 2-5)*

A participação comunitária, através dos conselhos locais, ainda é constante e mais consolidada, dado que para este novo momento será imprescindível o entrosamento entre técnicos e comunidade, frente à organização comunitária. Com isso, cada entidade assume parte da responsabilidade da organização produtiva da comunidade.

Atualmente, o Projeto CPP, nas regiões do Monte Cristo e Saco Grande II, está sendo acoplado às políticas de habitação popular, no qual a proposta governamental passa a ser que trabalho e geração de renda estejam diretamente vinculados à habitação. Tanto que no Projeto Bom Abrigo agora é previsto, além das casas populares, instalações próprias a serem ocupadas por cursos de capacitação e grupos produtivos organizados da comunidade.

Após a apresentação deste histórico do Projeto CPP, o capítulo seguinte tratará do gerenciamento do projeto e do processo de trabalho do Assistente Social, como esse busca a articulação dos recursos institucionais e a promoção da participação dos diversos atores sociais no desenvolvimento social auto-sustentável.

## 4 - A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO

### 4.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde o final da II Grande Guerra, tem-se um Estado provedor de bens e serviços públicos, com o compromisso de promover uma gama de programas sociais que atendessem a questões como o direito à aposentadoria, habitação, saúde, infância e juventude, etc.

Segundo Arretche, aquele, o *Welfare State*, foi um fenômeno do século XX, que se caracterizou pela “*provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva*” (Arretche, 1995, p. 03)

As políticas de Bem Estar Social não fazem mais parte da agenda governamental como antes. Hoje, o Estado de Bem Estar Social, é criticado pelo conservadorismo, onde o situa como uma estrutura falida do Estado e como principal responsável do déficit público. Para seu lugar, é proposto um novo Estado enxuto, eficaz, não-dispendioso e com atribuições específicas e mais claras.

É o que está sendo promovido por organismos internacionais, junto aos países capitalistas em desenvolvimento. A principal diretriz colocada é de cortes expressivos nos custos sociais, considerados ineficientes e que prezam pela quantidade em detrimento da qualidade.

O Banco Mundial, órgão promotor das reformas, propõem três diretrizes em se tratando de políticas de “reconstrução” do estado: (a) contenção da demanda pela redução de gastos, (b) re-alocação de recursos e (c) aumento da eficiência do sistema econômico.

Uma grande preocupação do Banco Mundial é quanto à questão do déficit público, que tem como causa, na avaliação deste, a utilização desmensurada de fundos em programas sociais, serviços e produção de bens públicos. Essa preocupação é base para impor-se uma contenção de gastos e redução de serviços públicos para reverter o enfraquecimento econômico do governo.

Juntamente com a segunda diretriz colocada pelo banco Mundial, o governo buscará deslocar sua responsabilidade de provedor para promotor de ações sociais da própria sociedade, assegurando apenas um compromisso de regulador de relações. Despreza-se aqui o papel de agente de provisão do Estado, à medida que se diminui esse tipo de atuação.

Em discurso na defesa da eficácia dos serviços essenciais à reprodução humana, o Banco Mundial coloca que deve haver uma complementação entre Estado e Mercado, onde os custos para o governo irão diminuir e a qualidade dos serviços prestados à população irá aumentar. E é sobre esse discurso que a política de privatização vem se ampliando, onde se eliminam serviços considerados pesados demais para o governo, repassando-os para entidades especializadas do mercado.

A intenção do Banco Mundial com a re-construção do Estado é a consolidação de uma instituição forte frente à organização e regulação da sociedade. Para tanto, essa instituição deverá se desfazer de responsabilidades que inchem suas atribuições; pretende-se o Estado Mínimo, aquele que ao mercado irá atribuir o compromisso com os serviços e produção de bens essenciais à reprodução humana e apenas admitirá para si uma atuação de gerenciamento e regulação social.

O Banco Mundial exige o compromisso dos estados nacionais em fortalecerem suas governanças, então, nesse sentido, o Brasil busca superar seu enfraquecimento econômico proveniente da crise dos anos 80 e fortalecer sua base política, onde buscará estrategicamente uma maior legitimação.

Uma outra questão discutida no sentido da crise do *WellFare State* e também observada pelo banco Mundial é *“a burocratização excessiva dos programas sociais e a centralização exagerada dos processos decisórios como elementos principais que inibem ou obstaculizam a democracia, por um lado, e que chegam a provocar crises de má administração ou caráter entrópico, de outro”*. (Draibe e Henrique, 1988, p. 61)

É nesse ponto que o Banco Mundial destaca a *descentralização* do poder decisório, a *municipalização* e as *políticas públicas* como estratégias de administração pública, no sentido de que o crescimento seja compartilhado por todos e que contribua para reduzir a pobreza e a desigualdade.

Os esforços serão, nesse momento, de envolver toda a sociedade em um compromisso com as questões sociais, utilizando-se de estratégias e mecanismos como comissões de políticas públicas, publicização e transparência das ações governamentais e processos consultivos à sociedade civil, de forma a promover o controle e a participação nas políticas sociais.

A crítica que Simionatto (1998) faz ao conceito de políticas públicas, utilizado pelo Banco Mundial, é que são apenas mecanismos de controle, promovidos pelo governo para serem utilizados pela sociedade, das execuções de programas sociais, espaço de proposições de estratégias a serem assumidas na execução das ações, mas em nada se aproxima de um canal de acesso de novos atores sociais ao poder decisório. O conceito conferido pelo Banco Mundial é mais para o sentido de a sociedade complementar as ações dos programas sociais.

A partir da reforma, o Brasil percebe como funções do Estado a organização do núcleo estratégico e a execução de atividades exclusivas. As atividades não-exclusivas, que na concepção do Banco Mundial são a produção de bens e prestação de serviços de interesse público, serão repassadas ao mercado e às organizações da sociedade civil de cunho assistencial.

Tais organizações da sociedade civil são aquelas de direito privado mas de interesse público, que têm por finalidade a execução de serviços sociais. Contam com financiamento parcial ou total dos fundos governamentais. Um contrato de gestão entre estas entidades e o governo é estabelecido, onde metas de desempenho são previstas a fim de serem passíveis de controle e fiscalização social.

Dessa forma vê-se a implantação de um Estado Social-Liberal, que ideologicamente se diz “*social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico, e liberal porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços públicos e científicos principalmente através das organizações públicas não-estatais competitivas*”. (Cardoso apud Simionatto, 1998, p. 25)



O Estado, então, tem por objetivo repassar seus serviços não-exclusivos a essas entidades, aproveitando a autonomia e a flexibilidade das mesmas. Isso pode ser entendido como a "contratação" dessas organizações para a execução de programas sociais, onde o governo promoverá mecanismos de controle e avaliação por parte da sociedade civil, deslocando, assim, a cobrança social que antes recaía sobre ele para as organizações públicas não-estatais. Muda assim de uma administração pública para uma administração pública gerencial.

A respeito das organizações sociais do chamado Terceiro Setor, constitui-se, através de esforços neoliberais, uma nova ideologia de refilantropização da sociedade, do compromisso da sociedade consigo mesma. (Schons, 1995) O objetivo governamental agora seria de promover uma ação humanitária coletiva, de construção de uma sociedade solidária. Dentro desse objetivo tem-se três principais diretrizes, como coloca Rosanvallon (apud Schons, 1995): (a) reduzir a procura pelo Estado por meio da redução de oferta de bens e serviços públicos, (b) re-encaixar a solidariedade na sociedade civil e (c) estruturar uma solidariedade de base por parte do Estado, isto é, seria ele o responsável por atender os casos extremos de miserabilidade.

É nesse movimento de refilantropização que se baseia uma estrutura privada, que utiliza recursos financeiros estatais para prestação de serviços, produção de bens e atendimento público, estrutura essas integrada às intenções sociais do Estado de atenção pública em programas governamentais.

É neste novo contexto do Estado que as relações entre este e a Sociedade Civil vão se transformando. O Estado já não se coloca como responsável direto pelo bem estar social, a responsabilidade agora recai sobre a sociedade. Aos governos cabe regulamentar e promover o compromisso da sociedade com seu desenvolvimento auto-sustentável.

A sociedade já sente as ações e os reflexos dessa nova ordem estatal no cotidiano, onde há a diminuição da estrutura estatal de prestação de serviços e produção de bens de interesse público, restando da assistência social um atendimento seletivo dos mínimos sociais direcionados aos estritamente pobres.

A análise feita acerca do déficit público pelo Banco Mundial, é referente à grande margem de gastos com políticas sociais e à ineficiência dessas. Mas, há autores que colocam que os prejuízos orçamentários são provenientes da forma de gestão dos recursos para a



Seguridade Social. Esses recursos não são totalmente utilizados, tão pouco bem aproveitados. Segundo Mota (1996), há como se comprovar que o repasse total de verbas das fontes para os fundos da Seguridade Social, não está acontecendo. Os recursos destinados às políticas sociais passam primeiro pelo Orçamento Fiscal da União, antes de chegarem ao Orçamento da Seguridade Social, e nele, boa parte se perde.

Diante da avaliação das políticas sociais feita pelo Banco Mundial, os encaminhamentos tomados findam por jogar a população no desamparo social. O Estado tem o dever da manutenção da Seguridade Social institucionalizado, mas com a acusação da impossibilidade de assegurar esse direito social, repassa-o à própria sociedade, através de suas organizações e instituições privadas.

Com seu poder de formação de opinião, por ter a seu favor as instituições educacionais, a mídia e toda uma estrutura legitimada de poder dos intelectuais, o Estado vem construindo uma ideologia que apóia todo o processo de refilantropização e instauração da lógica do mercado na prestação de bens e serviços de interesse público. Tal ideologia diz respeito à polarização das qualidades dos produtos e serviços do setor público e do setor privado, os primeiros são encolhidos e desacreditados pela lógica de que se é de graça, através do governo, é de baixa qualidade e aberto a desperdícios e corrupções, enquanto o que é bem pago é de melhor qualidade.

Em se tratando de estratégias de legitimação para a nova ordem de reformas, surge um esforço contra a organização, mobilização e reivindicação por parte das classes trabalhadoras. Uma estratégia toda se direciona para a despolitização do cidadão trabalhador, a fim de desestabilizar suas organizações representativas e seu movimento coletivo e ético-político.

A flexibilização das relações trabalhistas determina uma substituição da "classe" pelo indivíduo, as relações não serão mais de empregador para empregados, mas sim, de empregador para empregado. A desproteção previdenciária e o medo constante pela instabilidade causaram um sentimento de desamparo e solidão no trabalhador, tendo ele maior vínculo com o empregador, do que com sua classe.

A competitividade no mercado de trabalho também é fator relevante para o individualismo, agora para conquistar sua vaga de trabalho o indivíduo deverá entrar em disputa com seu colega. A partir do momento que não haja uma legislação asseguradora de

direitos para se defender e que colegas de trabalho serão concorrentes constantes no mercado de trabalho, não haverá mais objetivo comum que sustente a união e coletividade dos trabalhadores

As questões sociais não ficarão à sua própria sorte, como já dito, a onda da refilantropização fará surgir instituições representativas e de atendimento a públicos determinados. Serão instituições privadas que agregarão demandas específicas, as quais também propõem tomar para si a defesa de direitos humanos promulgados através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Porém *“a cultura pública e democrática, gestada com o intenso processo de socialização da política, precisa ser reafirmada, de forma que os organismos de base não sejam esfumados por esse processo de fragmentação, desmobilização e passividade, esvaziador da democracia e da cidadania”*. (Simionatto, 1998, p. 32)

Por certo, é de se considerar o crescente espaço dado a estas instituições, bem como seu contingente, mas tendo-se a preocupação de não se permitir vícios governamentais tomem conta das ações de tais entidades, como o pontualismo dos programas, a fragmentação, a efemeridade, ou que assuma um mero caráter de ações compensatórias que se limitem à maquiagem das questões sociais.

É grande a importância dada à representatividade das instituições de cunho assistencial no campo das políticas públicas. Essas são, em nome de seus usuários, atores sociais emergentes no cenário de reconstrução das políticas sociais. Para estas, os canais de participação democrática estão abertos através dos conselhos de administração (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e Conselho Nacional de Assistência Social por exemplo), comissões e fóruns de discussão entre outros mecanismos deliberativos.

A realidade governamental e das políticas sociais que o Assistente Social agora atravessa é diferente daquele que a muito ele se inseria. O campo de atuação agora apresenta ao profissional novas perspectivas de trabalho, bem como novas demandas. Como posto aqui, mais do que antes, o Serviço Social deverá estar atento à defesa dos direitos sociais, da democracia e cidadania, imprimir maiores esforços na concepção de uma sociedade de classes trabalhadoras organizadas, coesa, mobilizada e democrática; poderá agora utilizar-se de novos elementos em seu cotidiano de trabalho, em defesa de suas diretrizes de atendimento às necessidades sociais e de um projeto ético-político.

## 4.2 - SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

O Assistente Social ainda é o executor terminal de políticas sociais. Mas isto não impede que seja visto pelo prisma do gerenciamento de projetos governamentais, da mediação em políticas públicas, da promoção da participação popular e organização social e da execução de seu projeto sócio-pedagógico.

As modificações na realidade brasileira refletiram no mercado de trabalho do Assistente Social, exigindo uma nova postura profissional e o esforço de reafirmação de seu espaço institucional. Seu campo de atuação pode ser percebido, bastante, definido mesmo pelo processo de municipalização e de descentralização da gestão pública, que demanda ao profissional um conhecimento amplo da instituição e da realidade do município onde esse está inserido, proposições e construção de estratégias de consolidação das políticas públicas para a garantia da inserção dos diversos atores social nestas políticas.

As transformações postas ao Estado e o agravamento das questões sociais, exigem do Assistente Social uma intervenção mais consciente, segura e determinada. Em toda sua história, este profissional, esteve envolvido nas lutas de classe, foi mediador entre as organizações de bem estar social e as necessidades sociais e pautou sua ação numa visão crítica-analítica da sociedade; nestes novos contextos políticos-sociais, a essência da intervenção do Assistente Social não muda, mas sim as formas de atuação.

Aqui, percebe-se a necessidade da atualização da intervenção profissional, redescobrimdo seus princípios e diretrizes, reformulando e re-aprendendo seus processos de trabalho, com sólida base em sua formação profissional. Ou como coloca Iamamoto (apud Simionatto, 1998), executar a grande preocupação da constante relação entre teoria e prática sem deixar de atentar às estratégias, técnicas, habilidades e metodologias do trabalho profissional.

O Serviço Social deve estar atento às demandas sociais, reflexos de uma realidade que deve ser constantemente apreendida e analisada, à luz das matrizes do conhecimento

profissional. O Assistente Social, para não cair em descrença, ou sentir-se impotente diante das questões apresentadas no dia-a-dia do seu fazer, deve também estar se percebendo como um profissional prestador de serviços, um trabalhador que tem procedimentos próprios para atuação. É inerente agora, ao profissional de Serviço Social, o compromisso de, para as questões sociais, “*atribuir um trato diferenciado a partir da sua capacitação*”. (Iamamoto, 1997, p. 57)

Para o Serviço Social e para o contexto atual que o país atravessa, o profissional deve implementar um processo de trabalho eficiente, que não se perca com apenas a execução da prestação de benefícios. De fato, o Serviço Social caminha agora em um campo de contradições, onde pensamento e estratégia ideo-políticas são enfrentados no próprio espaço de trabalho profissional, mas que também abrem perspectivas à atuação do Assistente Social.

Frente à reforma do Estado e a refilantropização, o Assistente Social também deve perceber seu espaço. Neste contexto, não se deve ignorar ou negar essa realidade, mas compreendê-la e impor a característica crítica da profissão como sendo essa realidade própria de intervenção. Fortalecendo sua formação sobre seu processo de trabalho, o Serviço Social também estará garantindo sua sobrevivência e importância frente a um novo projeto de sociedade. (Simionatto, 1998)

Os pressupostos da reformulação do Estado já, há muito, superaram os limites entre teoria e prática. Estão sendo postas em execução as diretrizes pré-estabelecidas pelo Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE, atual Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Pode-se perceber isso nas políticas brasileiras de trabalho e emprego.

O Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR) tem como uma de suas diretrizes a articulação institucional, a fim da mobilização e otimização de recursos na execução de cursos de formação profissional, cursos esses financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, de acordo com a proposição internacional de “*reforma da própria estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado, privilegiando o papel do mercado e articulação do Estado com a sociedade civil na resolução das desigualdades sociais*”. (Pereira apud Nogueira, 1998, p. 15)

Outro ponto passível de relação seria o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e conselhos estaduais e municipais de trabalho e emprego, no qual se constrói

uma descentralização da gestão da política e uma rede de políticas públicas entre as esferas governamentais. Isso vem de acordo com a preocupação pela transparência, publicização e controle social e de um canal de acesso da sociedade para a participação no planejamento das ações governamentais.

Como já visto, as políticas públicas são vistas pelo Banco Mundial como mecanismo de mobilização social frente suas próprias questões, apresentando-lhe a situação como demandante de uma ação da sociedade como um todo, colocando-se, o Estado, como regulador do processo de desenvolvimento.

A ação estatal de regulação do processo de desenvolvimento social, dá-se agora, na proposta de planejamento social, onde o antigo MARE previa que

*“para que uma organização cumpra com efetividade sua missão, é imprescindível que suas ações decorram de um planejamento organizado e permanente, baseado nas políticas e diretrizes públicas às quais a organização se vincula, no conhecimento das expectativas de clientes e usuários, e levando em conta os meios de que dispõe”.*  
(MARE, 1998, p. 20)

O Projeto CPP apresenta-se como um planejamento social, inserindo o Assistente Social em um processo institucional sistemático e contínuo de resposta às demandas apresentadas pela população, de acordo com o Mundo do Trabalho que essa vislumbra.

Um planejamento proporciona, especialmente, a consistência necessária para a atuação da instituição frente às questões sociais (Nogueira, 1998), agregando em torno de um objetivo comum os esforços múltiplos das diversas entidades de cunho social e aquelas que, de alguma forma, buscam colaborar para o desenvolvimento sustentável da sociedade. O planejamento dentro do Projeto CPP tanto serve para direcionar as ações como para dar a necessária credibilidade como catalisador da colaboração das instituições envolvidas com a questão do emprego/desemprego.

Essa consistência dada pelo planejamento é imprescindível ao Assistente social, à instituição governamental e à sociedade no sentido de que é, acima de tudo, ter-se certeza do que quer fazer, com o que se quer trabalhar, quais os caminhos a percorrer e os resultados a serem alcançados, e de que cada momento do processo seja passível de controle e avaliação. Planejamento é um exercício teleológico, de forma a se ter claro que *“para alterar situações, há que se pensar no que se quer alterar e que rumo toma essa alteração, evitando-se que a*

*ação se reduza a ações residuais, pontuais, imediatistas e sem consistência*" (Nogueira, 1998, p. 21)

Um planejamento, por excelência, propõe:

- reduzir ou eliminar a incerteza e o risco, fatores especialmente importantes no plano organizacional, sendo que os agentes têm melhor desempenho quando sabem o que se espera da instituição;
- ampliar a eficiência e a eficácia na medida em que metas e objetivos devidamente determinados são melhor assimilados;
- obter um melhor rendimento dos objetivos e
- estabelecer bases para monitoramento e avaliação. (Córdoba, 1997)

Diante da necessidade de um planejamento para as políticas e programas a serem implantados, tem-se o que se chama de etapas do ciclo de gerenciamento social, que, segundo Froes e Neto (1999), são:

1. a identificação e priorização dos problemas, onde serão descobertos os pontos de estrangulamento de uma dada realidade, bem como arrolá-los na forma que se apresentam, de acordo com o grau de gravidade;
2. a análise dos dados com base nas pesquisas sociais, fazendo-se importante para a construção da base da justificativa de um projeto, focalizando este no seu problema desencadeador;
3. a produção, organização e análise dos indicadores. Com estes, se poderá identificar a intensidade do problema a se reverter, estabelecer as metas e pré-determinar os resultados a se atingir;
4. a definição dos objetivos e metas: a partir da análise dos indicadores determina-se o que se pretende fazer, quais resultados se quer alcançar e quais problemas se buscam resolver;
5. a definição do alvo estratégico: para que as ações estejam de acordo com os recursos alocados, ou os resultados esperados, inicialmente define-se o público-alvo que se quer atingir, definindo sua localização geográfica, segmento populacional e natureza da carência;



6. definição de estratégias, isto é, ações de alcance mais global ou específico, de intervenção em múltiplas áreas ou área única. Tais estratégias dependem em muito do alvo estratégico estabelecido;
7. identificação das ações, onde se definirá o que se fazer, tendo como critério a amplitude dos problemas antes revelados, o alvo estratégico e as metas a se alcançar;
8. implementação das ações: a fase da execução propriamente dita do planejamento pré-definido, envolvendo os recursos já mobilizados;
9. avaliação: o momento onde todo o retrospecto do projeto será efetuado, à luz da análise de sua eficiência e eficácia.

O profissional de Serviço Social, na sua ação junto ao Projeto CPP, tem o compromisso de planejar as atividades que serão realizadas, para tanto observa as etapas do ciclo de gerenciamento social.

As pesquisas sócio-econômicas, em grande parte, são vistas como uma etapa de um processo burocrático, para a formalidade de políticas de atendimento às demandas sociais, tendo o valor de um instrumento para quantificar o público a ser atendido. Para o Assistente Social, no gerenciamento social, além do cumprimento formal, esses levantamentos sócio-econômicos são traduzidos como instrumentos para que as realidades pesquisadas sejam desvendadas e os problemas sofridos pela população, diagnosticados. (Sarmiento 2001)

Ao realizar uma pesquisa em uma comunidade onde será implantado o Projeto CPP, essa terá como objetivo o levantamento de: (a) o perfil produtivo/profissional da comunidade; (b) quais os cursos demandados pela comunidade, de acordo com seu perfil produtivo e seus interesses de qualificação e (c) as condições sócio-econômicas da população.

Para sua realização, essas pesquisas normalmente envolvem as lideranças comunitárias e profissionais das entidades conveniadas no Projeto CPP. Ao mesmo tempo em que se constrói um sistema informacional, esses agentes envolvidos na pesquisa buscam divulgar o Projeto, objetivando mobilizar a comunidade para a participação nos esforços de resolução de suas situações de desemprego e baixa renda.

O Assistente Social é sujeito que se envolve no conhecer da realidade, por meio de uma visão crítica, que buscará, mais que números, um perfil da sociedade e da realidade pesquisada, procurará além dos problemas em si, suas causas e efeitos, de forma global e contextual.



Em poder do Assistente Social, as informações coletadas junto à comunidade passam a ser preciosas nas etapas de construção de objetivos, de metas e de estratégias, e de avaliação do ciclo de gerenciamento. Esse investe toda sua capacitação investigadora para melhor constituir as ações governamentais, seja no âmbito do conhecimento da realidade, definição de metas e construção de estratégias, como no mapeamento e alocação de recursos disponíveis e necessários para a realização das atividades de atendimento das demandas sociais.

Um planejamento estruturado, onde sejam claros a missão e o conjunto de metas, serve tanto de instrumento de consolidação do apoio das diversas instituições sociais privadas como para se conquistar uma credibilidade social quanto às intenções envolvidas. Nesse sentido serão constituídos as parcerias e o envolvimento comunitário, não como cooptação social, mas como motivação à mobilização e organização comunitária.

Uma ação de grande importância dentro do Projeto CPP é a criação de estratégias para a viabilidade da participação do usuário no planejamento social. Os conselhos locais, representação da comunidade junto ao Projeto CPP, são constituídos por lideranças comunitárias que participam efetivamente dos objetivos e estratégias do planejamento. Esses conselhos integram o Conselho Deliberativo do Projeto CPP, instância que constrói, promove e organiza a política de atendimento do projeto.

A comunidade quando ingressa como usuária do Projeto CPP, também passa a participar da implementação das ações desse. Demonstra seu grau de satisfação, a partir de sua opinião, reivindica a qualidade do atendimento, e apresenta sugestões; tudo isso é levado pelo Assistente Social às reuniões do Conselho Deliberativo, ou diretamente às entidades executoras, pois muitas dessas manifestações dos usuários dizem respeito à execução dos cursos profissionalizantes.

Essa participação comunitária se dá, durante esses próprios cursos, em momentos de conversas informais como o Assistente Social ou entrevistas, e em reuniões abertas com a comunidade, a fim de socializar as informações e de formular propostas de incremento acerca do Projeto CPP e políticas sociais de combate ao desemprego.

Neste momento, vale citar a importância da utilização dessas conversas informais, entrevistas e reuniões, pois é através destes instrumentos que se pode captar e registrar grande parte das manifestações populares a respeito das ações implantadas pelo Projeto CPP, o que é

de grande valia para se ter parâmetros de mensuração da receptividade do mesmo por parte da comunidade.

O Projeto CPP se consolida tanto como um planejamento social, como instrumento de articulação institucional, no esforço de construção de parcerias com atores sociais mobilizados na questão do desemprego. Envolve diferentes entidades que, através de seu conjunto, possam estar alcançando as metas estabelecidas nos planos governamentais.

Para se efetuar as ações do Projeto CPP, é necessário recorrer-se à parceria com as instituições que prestam serviços de capacitação/qualificação profissional, pois a Prefeitura Municipal de Florianópolis não dispõe de um quadro funcional próprio para ministrar cursos profissionalizantes. Por esse motivo, é que busca-se construir alianças com as entidades especializadas nesse tipo de serviço.

A função dessas entidades parceiras da não é somente no sentido de se prestar um serviço de qualificação profissional comunitário. O envolvimento dessas instituições parceiras chega até as instâncias de planejamento do Projeto CPP, pois prima-se pela qualidade dos serviços e por ações realmente eficazes, o que somente se alcança com a socialização e articulação de múltiplos conhecimentos de diversas áreas.

Com os encontros do Conselho Deliberativo do Projeto CPP, todas as entidades parceiras e comunidades tem seu momento de discussão, reflexão e tomada de decisões. Nesse espaço o Assistente Social é mediador entre as necessidades e demandas das comunidades e os serviços que cada instituição executora tem a oferecer. Com a representação da comunidade, por meio de seus conselheiros locais, os técnicos de cada entidade conveniados do Projeto CPP, têm acesso às reivindicações e sugestões da população; e também as lideranças comunitárias terão acesso às instituições por meio de seus técnicos.

Após essa intermediação, comunidade, governo local e instituições profissionalizantes juntos constroem as estratégias, com vistas a sanar os problemas enfrentados pela comunidade com base nos recursos disponíveis de cada instituição. O conhecimento oferecido por cada participante do Conselho Deliberativo tem igual valor, seja o conhecimento a respeito da comunidade que cada liderança tem, seja o conhecimento sobre a instituição onde cada técnico está inserido ou seja o conhecimento prático de como implementar cada ação.

Em muito, a colaboração das lideranças comunitárias se destaca, pois são estas que poderão, com o conhecimento que têm a respeito da realidade da população, opinar com mais segurança sobre a validade ou a adequação de cada estratégia ou atividade com o contexto da comunidade. Dessa forma vai se construindo o planejamento do Projeto CPP.

No que se refere à ação profissional, o Projeto CPP, como projeto institucional, subordina o Serviço Social aos interesses e objetivos da organização empregadora; nele há tanto possibilidades, como limitações. Mas também, é um mecanismo que coloca o profissional em contato direto com seu usuário, com diversos atores sociais, oferece recursos imprescindíveis ao exercício profissional e o torna um mediador privilegiado entre as instâncias da estrutura social. Coloca o Assistente Social à frente das implantações de políticas sociais.

O Projeto CPP, dentro de uma forma contínua e sistemática de organização e prestação de serviços públicos, prima pela gestão das parcerias com instituições privadas, admitindo como pressupostos a administração gerencial, a descentralização do poder decisório e a coordenação/regulação dos processos de desenvolvimento.

Através do Convênio CPP, que se encontra na sua quarta ratificação, confirma-se o que se denomina de "parceria cidadã": uma ação conjunta que reúne diversas instituições, com vistas ao benefício comunitário, na qual envolvem-se as três instâncias: Estado/Mercado/Sociedade Civil. Para a consolidação da parceria cidadã é imprescindível que o elemento Sociedade Civil seja um dos partícipes. (Franco, 1994)

Ainda vale lembrar algumas outras determinações para tal parceria:

- cooperação: a interação deve ser constante, onde cada entidade perceba-se integrada ao conjunto para o alcance de um objetivo comum, superando uma atuação mecânica e fragmentada;
- numa parceria cidadã, o objetivo central está fora do conjunto das entidades, está num terceiro beneficiário, a comunidade, apesar dos anseios particulares, a mobilização está direcionada às demandas comunitárias;
- não deve haver a competição interna, muito pelo contrário, precisa-se desenvolver a colaboração em detrimento da competição, de forma que juntos todos ganhem;

- uma principal razão das políticas públicas é a descentralização da gestão, em uma parceria também deve ser estabelecido esforço para descentralizar-se o poder decisório e
- não deve haver a busca pela autonomia ou independência, tanto menos pela subordinação ou dependência, as relações devem ser horizontalizadas, onde os envolvidos relacionam-se entre si de igual para igual, sempre buscando a intermediação dos diferentes, dos contrários, construindo uma relação dialógica. (Franco, 1994)

O Assistente Social no Projeto CPP, a partir do momento que são constituídas as alianças e são executados os serviços de interesse público, com a participação das entidades parceiras, tem o compromisso de, assim como coloca Franco (1994) a respeito da parceria cidadã:

- zelar pelo objetivo de atendimento do terceiro beneficiário, no caso a comunidade, para isso procurando não priorizar a esfera do Mercado e fortalecendo a função do Estado como regulador das relações entre Mercado e Sociedade Civil;
- construir um espaço de relações horizontalizadas entre todas as entidades sociais envolvidas, onde o desenvolvimento social auto-sustentável seja realmente compartilhado e
- não se perder o terceiro beneficiário como referencial no processo de gerenciamento, não permitindo que interesses individuais, particularistas e privados venham a prevalecer sobre os comunitários.

Cabe agora ao Serviço Social organizar um processo de mobilização das comunidades atendidas pelo Projeto CPP para ocuparem seus lugares no Conselho Deliberativo, bem como de formação e instrumentalização para que os representantes comunitários possam tirar maior proveito de sua participação na instância deliberativa do Projeto CPP.

## 4.3 - AÇÃO PROFISSIONAL: A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

### 4.3.1 - AS DEMANDAS DO PROJETO CPP

A priori, vale ressaltar o que se define como *necessidade* e *demand*a, pois em muitos destes dois conceitos são utilizados na prática como sinônimos, porém apresentam-se tanto teórica como empiricamente como elementos distintos. A necessidade seria o fator limitante em uma certa situação ou contexto, aquilo que constrangeria a reprodução da força de trabalho e emancipação social, que impele um sentimento de incompleto ao ser humano; a demanda é a manifestação da necessidade, é o pedido concreto de algo que satisfaça a necessidade. (Vieira, 1999)

A necessidade social, vislumbrada pelo Projeto CPP, é a de qualificação para o desenvolvimento de uma atividade rentável. Acima de tudo, o usuário do projeto busca ampliar sua renda familiar. As necessidades e demandas que o Projeto CPP visa atender, estarão sempre vinculadas a um contexto social mais amplo, num contexto nacional e mundial de pobreza e desemprego.

Esse projeto é desenvolvido propositalmente em comunidades consideradas de baixa renda, onde suas famílias procuram a ampliação de suas rendas mensais para satisfação de suas necessidades básicas. São pessoas, que em média não possuem uma renda mensal acima de um salário mínimo, dependendo da remuneração conseguida por meio de atividades informais, esporádicas ou não, e ainda dos chamados subempregos, nos quais não se encontram as mínimas condições humanas para o seu trabalho.

Essas pessoas, em sua maior parte, chefes de família, não possuem emprego ou atividade consistente de sustento, com causa atribuída a dois fatores básicos: limitado mercado de trabalho e uma qualificação profissional pouco desenvolvida.

Para a reversão do quadro de desemprego que essas pessoas atravessam, há a demanda por uma formação profissional, por um mercado de trabalho adequadamente estruturado e por postos de trabalho e alternativas de geração de renda. Demandam de uma qualificação profissional e oportunidades de trabalho, a partir do desenvolvimento de cursos

onde aprimorem suas habilidades profissionais e alternativas de trabalho que organizem e absorvam o contingente excluído do mercado formal de trabalho.

A questão social aqui trabalhada pelo Assistente Social, é a situação de desemprego, subemprego e trabalho informal de um pesado contingente social, que exige, tanto a dinamização do mercado de trabalho, como o preparo do trabalhador para o ingresso nesse.

Ao Assistente Social, ainda há outra demanda a responder: é de extrema urgência um processo de organização comunitária frente à questão do desemprego. As comunidades atendidas pelo Projeto CPP, apresentam grande potencial como força coletiva, com vistas ao combate à pobreza em suas regiões. Necessitam de uma constante instrumentalização para o ingresso nos espaços das políticas públicas que dizem respeito às questões do mercado de trabalho.

#### 4.3.2 - SITUANDO A INTERVENÇÃO

O Projeto CPP é espaço institucional de atuação para o Assistente Social. Nele há possibilidades de além da prática técnica-operacional, de acordo com propósitos institucionais, do exercício ético-político da profissão. O Assistente Social encontra perspectivas de atendimento das demandas sociais, através da aplicação de todo seu instrumental de trabalho sobre uma gama de recursos públicos e privados, e de implementação de um projeto social nos moldes da visão de mundo, de homem e sociedade inculcada na filosofia de intervenção própria do Serviço Social.

O trabalho que o Assistente Social executa, no Projeto CPP, antes de tudo, é de um profissional de prestação de serviços que pauta sua ação *“na reprodução da força de trabalho, tanto na dimensão material, como sócio-política e ideológico-cultural”* (Sarmiento, 2001, p. 99)

Nesse momento, cabe uma atenção à discussão acerca dos novos tempos que se apresentam ao profissional de Serviço Social e da revisão da sua formação e atuação, no sentido que este leve em conta seu processo de trabalho e sua diferenciação na divisão social do trabalho. Novas demandas são apresentadas à profissão, como o compreender a realidade a



partir da totalidade social, habilidades técnico-analíticas, criatividade, inovação, novas proposições de respostas às demandas e necessidades sociais, um verdadeiro posicionamento dentro da divisão sócio-técnica do trabalho na sociedade.

É o momento para o Assistente Social reafirmar sua importância como agente de transformação, para isto deve ter claros seus objetivos e intenções. O profissional hoje, é exigido pelo mercado de trabalho a apresentar-se como um trabalhador que conheça intimamente seu objeto e instrumentos, que concretamente execute uma ação técnica de interesse institucional.

Porém, vale lembrar do compromisso ideo-político da profissão, o que também exige, tanto no atual contexto, como historicamente, uma visibilidade das ações e fins a se alcançar.

Faz-se importante destacar o que Nogueira (1998) coloca como lembretes para não se cair no “romantismo” da profissão ou embasar a atuação num racionalismo pretensamente neutro.

- “tendo clareza dos limites e das possibilidades do planejamento, sempre subordinado à ordem econômica e política;
- reconhecendo o caráter contraditório e amplo do Estado e a possibilidade de reconstrução de alianças em seu interior, favorecendo a transposição de interesses em presença;
- fortalecendo os espaços de controle público, isto é, organizações da sociedade civil que se apresentam como possibilidades de alterar e controlar o espaço público e
- entendendo as transformações da sociedade e as alterações profissionais, que decorrem de um plano mais geral, relacionando-as com a prática cotidiana”. (Nogueira, 1998, p. 22)

O Assistente Social precisa ter muito cuidado para não se perder em meio a essas contradições e a tantas demandas e necessidades sociais apreendidas pelo Projeto CPP. Justifica-se, dessa forma, a importância do profissional realizar o planejamento do seu processo de trabalho.

A construção do processo de trabalho em Serviço Social, leva em conta os elementos propostos por Marx (1985), que apesar de terem sido pensados para o setor de produção, podem ser transportados para o setor de serviços, nesse caso para o Serviço Social. O conjunto desses elementos seria:

- o trabalho: atividade humana adequada a um determinado fim;



- o objeto: aquilo sobre o qual o profissional trabalha, ou a matéria-prima a que se aplica o trabalho;
- meios de trabalho ou instrumental de trabalho: as ferramentas utilizadas para transformar a matéria-prima no objeto final e
- produto do trabalho ou resultado do processo de trabalho: o objeto final previamente definido.

Refletindo esses elementos para o Serviço Social, tem-se que:

- seu objeto é todas as manifestações negativas da realidade, bem como essa própria realidade, postas ao profissional como as expressões sociais do cotidiano;
- seu trabalho é de reverter situações perversas que limitam a liberdade, o exercício da democracia e cidadania e a defesa dos direitos sociais previstos legalmente, bem como a instauração de um novo projeto societário que prime pela justiça social;
- seu instrumental é constituído por uma gama enorme de recursos – conhecimentos e habilidades profissionais, experiências próprias da profissão ou de outras áreas, diversos utilitários materiais e recursos institucionais disponíveis – tais instrumentais são a bagagem teórica e prática (bem como a correlação dessas duas), recursos materiais, técnicos e habilidades de intervenção, estratégias táticas de mobilização, comunicação, conscientização e organização institucional e popular, entre artifícios que podem ser utilizados em seu cotidiano de trabalho;
- o produto do trabalho do Assistente Social é a mudança de um dado contexto, a satisfação de uma necessidade humana.

#### **4.3.3 - O GERENCIAMENTO DO PROJETO CPP**

No caso do Projeto CPP, o Assistente Social tem como trabalho gerenciar a implementação do projeto em todos seus princípios e diretrizes, construir uma rede técnica no campo da formação profissional e da empregabilidade, e concretizar espaços democráticos de

construção de alternativas de combate ao desemprego. Institucionalmente, o trabalho do Assistente Social é de executar uma política social com vistas à qualificação profissional.

Dessa forma, para que os cursos profissionalizantes aconteçam, o profissional articula recursos institucionais e comunitários, através de contatos com as instituições busca-se a disponibilidade de financiamento, equipamentos e recursos humanos para que os cursos possam ser realizados.

Os recursos financeiros para a realização dos cursos profissionalizantes, até o momento da modificação na metodologia do programa de qualificação profissional do município, proposta pelo Plano Estadual de Qualificação, eram viabilizados com a apresentação do Projeto CPP ao CMTE/Fpolis, onde havia o rol de cursos solicitados pelas comunidades atendidas pelo projeto através das pesquisas, e as entidades executoras adequadas para cada um deles.

Após a aprovação do pedido de financiamento do Projeto CPP pelo CMTE/Fpolis, o Assistente Social promovia e coordenava uma reunião com as lideranças comunitárias, para a realização do mapeamento e definição dos espaços comunitários disponíveis e mais adequados para cada curso. Sempre houve a necessidade de junto às comunidades, se estar determinando espaços físicos para a alocação dos cursos, pois o objetivo do projeto era de que os cursos fossem ministrados nas próprias comunidades.

Esses espaços eram os centros comunitários, sedes de associações de moradores, salas de aulas de escolas e os próprios prédios do Projeto CPP.

A partir do momento que financiamento e locais para os cursos estivessem confirmados e disponíveis, eram então acionadas as entidades executoras para darem início à implantação dos cursos. A divulgação e inscrição ficavam a cargo das lideranças comunitárias, pois estas eram feitas na própria comunidade.

Com as vagas para os cursos preenchidas, esses eram iniciados. Em cada primeiro encontro das turmas de cursistas, um representante da entidade executora, uma liderança comunitária e o profissional de Serviço Social reuniam-se com essas para que fossem repassadas todas as informações sobre o Projeto CPP, sua forma de atuação, seus objetivos e suas diretrizes, colocando-se, esses agentes, a disposição dos cursistas para a qualquer momento esclarecer dúvidas e ouvir reclamações ou sugestões.

Durante a execução dos cursos profissionalizantes, o Assistente Social era mediador entre a comunidade e entidades conveniadas do Projeto CPP. Esse profissional era quem colocava a comunidade em contato com representantes de entidades, fosse por meio de encaminhamentos de solicitações por parte dos cursistas e lideranças comunitárias às entidades executoras, ou mesmo convidando representantes dessas a comparecerem aos locais de cursos, para um contato mais direto com a comunidade.

Essa mediação, que não é limitada ao período de realização dos cursos, pode se dar por contatos informais, via telefone ou pessoalmente, como pode também ser feita dentro das reuniões do Conselho Deliberativo, as quais são coordenadas pelo Assistente Social. Essas reuniões têm mesmo este fim, de se estar monitorando as atividades e articulando recursos e conhecimentos, de se estar mobilizando as entidades executoras e comunitárias, dentro dos propósitos do Projeto CPP.

Nessas reuniões, são apresentadas as reclamações e opiniões dos usuários, são ouvidos os representantes das entidades executoras, sobre dificuldades na execução dos cursos, além de buscar-se constantemente o aperfeiçoamento dos mesmos.

Essas reuniões são planejadas para que todos os representantes envolvidos tenham um momento de socialização acerca de todo o ocorrido nas comunidades e cursos. São enviados ofícios-convites para estas reuniões, de forma que todos tenham conhecimento do encontro. A preocupação do Assistente Social é que em cada reunião possa se fazer o monitoramento das ações e, se necessário, fazer os encaminhamentos para a correção de alguma atividade que venha a resultar em insucesso.

O monitoramento das atividades é realizado à medida que as ações são efetuadas, com o objetivo de avaliar se os resultados previstos serão alcançados. Essa é a avaliação da eficiência do projeto que está sendo implementado, isto é, se os recursos disponíveis estão sendo utilizados de forma adequada e se as atividades estão sendo executadas conforme o planejamento.

A importância do monitoramento é de que se possa prever e evitar um resultado negativo ao final de uma atividade ou até mesmo do projeto, dessa forma, no caso de ser necessário, corrigi-se as estratégias seguintes.

O monitoramento do Projeto CPP é feito pelo Conselho Deliberativo, onde comunidade, governo municipal e entidades executoras procuram reverter falhas nas ações em execução.

Em reuniões periódicas, com a presença de representantes de cada entidade parceira e dos conselheiros locais, são discutidos o andamento de cursos de qualificação profissional e as atividades dos grupos organizados de trabalho e renda.

No período de execução dos cursos de qualificação profissional, era maior a frequência dos encontros entre comunidade, governo municipal e entidades executoras. Nestes, eram apresentados, tanto os relatórios da equipe técnica de acompanhamento dos cursos, como a avaliação dos conselheiros locais quanto o andamento dos cursos.

O Assistente social, muitas vezes, acompanhava *in loco* a realização dos cursos profissionalizante, com o objetivo de zelar pela qualidade dos mesmos e de motivar os cursistas para a sua conclusão. Fazia-se isto por meio de visitas aos locais de cursos, onde discutia com lideranças sobre as atividades do projeto e conversava com cursistas e instrutores para o levantamento de reclamações e sugestões.

Ao acompanhar esses cursos, o profissional participava das aulas, observando e registrando o que ocorria em aula. Algumas vezes, em que havia a desistência de um cursista, o técnico responsável fazia visitas domiciliares para averiguar os motivos pelos quais ocorreu o afastamento do aluno; e na medida, do possível tentava reverter o quadro de evasão, seja motivando o cursista a continuar ou procurando sanar a dificuldade que levava à desistência.

Uma grande preocupação sempre foi referente à qualidade dos cursos profissionalizantes, no que se refere ao material didático, desempenho do instrutor e metodologia de treinamento. A partir das dificuldades encontradas na execução dos cursos de qualificação profissional, das falhas no decorrer das aulas e das avaliações a respeito destas, os encaminhamentos eram dados para a pronta resolução.

Com base em observações do desenvolvimento das aulas e comportamento das pessoas envolvidas, em conversas com cursistas sobre suas expectativas e percepções, acerca do curso e do projeto, com os instrutores a respeito das dificuldades encontradas ao ministrarem as aulas, e com as lideranças comunitárias sobre os cursos, projeto e receptividade por parte da comunidade, eram elaborados os relatórios de acompanhamento, os quais serviam como instrumentos básicos para o monitoramento.

Questões extra-execução também atingiam os cursos profissionalizantes. A evasão, por exemplo, comprometia as atividades dos cursistas, quando as aulas exigiam trabalhos em grupos ou desmotivando quem continuava acompanhando o curso. Os espaços físicos para esses cursos nas comunidades, também influenciavam nas aulas, pois alguns não chegavam a ser adequados ou não estavam disponíveis para todas as aulas.

Nem todas as questões eram levadas ao Conselho Deliberativo, algumas delas podiam ser resolvidas no próprio local, com as pessoas envolvidas mais direta e diariamente. As questões mais críticas eram discutidas com os representantes das entidades conveniadas reunidos, onde todos avaliavam as melhores formas de resolução às reivindicações comunitárias apresentadas.

Aqui, o Projeto CPP também passa a assumir uma dimensão de política pública, onde integram-se governo municipal, entidades executoras e comunidade, buscando juntos, um pleno monitoramento de todas as etapas do processo.

No espaço do Conselho Deliberativo, a comunidade se apresenta como sujeito de reivindicações, demandante de serviços públicos e como ator propositivo de estratégias para as ações do Projeto CPP. Esse espaço foi uma conquista das comunidades atendidas pelo projeto, com o objetivo de que seus anseios não fossem ignorados por ações governamentais de cunho intervencionista.

Para o Projeto CPP, a comunidade não tem sua participação limitada a responder questionários sócio-econômicos, a fim de subsidiar o desenvolvimento de um futuro banco de dados, a comunidade, a partir de sua organização, também é agente de formulação e apresentação de propostas e estratégias de intervenção. Procura, o Projeto CPP, transformar as reivindicações comunitárias em elemento chave para a construção das metas e elaboração de estratégias.

Não raro se faz presente a experiência de lideranças comunitárias para a decisão de caminhos a se seguir. Neste sentido, o Projeto CPP promove a plena participação comunitária, em todas as dimensões da construção coletiva de alternativas de atuação. Essa colaboração comunitária, também se dá, a partir do estudo dos dados levantados com as pesquisas sócio-econômicas, pois, como em qualquer planejamento, o estabelecimento de metas e estratégias tem que ser embasado no conhecimento da realidade.

O profissional, dentro do Projeto CPP, também desenvolve a disseminação da idéia da organização produtiva da comunidade, por meio da formação de núcleos de trabalho e geração de renda.

Neste sentido, são organizados encontros com cursistas egressos dos cursos, trabalhadores interessados em formar um novo empreendimento e lideranças comunitárias, para a discussão sobre cooperativismo e associativismo. Nestes encontros, procura-se conscientizá-los sobre a importância de sua mobilização e organização, motivando-os assim a formarem seus próprios grupos de trabalho e renda. Estes encontros, são normalmente realizados logo em seguida do término dos cursos, enquanto os vínculos que surgiram entre os cursistas durante os mesmos não se desfizeram.

Para a formação desses empreendimentos populares produtivos, promove-se todo o apoio institucional e comunitário para a consolidação dessas iniciativas. O Assistente Social articula recursos materiais, financeiros e de apoio técnico, junto às entidades conveniadas e de espaços nas comunidades para a instalação da estrutura física dos grupos.

Os recursos mobilizados são no sentido de compra de equipamentos para os grupos em formação, assessoria técnica no aperfeiçoamento das habilidades profissionais, de gerenciamento dos empreendimentos, de controle de qualidade e de disposição de um espaço físico para sediar o grupo, preferencialmente na própria comunidade.

Após a formação do grupo, na fase de implementação do empreendimento, o acompanhamento pelo Assistente Social aos núcleos de trabalho e geração de renda é regular, pois nessa fase, é dada a continuidade à formação cooperativista dos participantes, com cursos e promoção de encontros para troca de experiências com pessoas de outros grupos já consolidados.

Esse momento merece maior atenção por parte do Assistente Social, pois os participantes dos grupos, nessa fase de consolidação, perdem a motivação por verem muito longe os resultados do projeto. Para que não se perca o grupo, é importante conscientizá-lo de que os resultados são realmente alcançados a longo prazo. Que a auto-sustentabilidade de um empreendimento é conquistada com muito esforço.

Não por impaciência que há a desistência de algumas pessoas de projetos de formação de grupos de trabalho e renda, mas por que a necessidade de respostas imediatas às suas demandas sociais é constante. O desenvolvimento de lideranças dentro do grupo, a busca



de atrativos alternativos para a permanência dos participantes, a previsão de metas de curto prazo e relatos e experiências de pessoas que passaram pelo mesmo processo e tiveram sucesso, auxiliam para que os trabalhadores envolvidos tenham a motivação de continuarem investindo no empreendimento.

Junto ao trabalho de coordenação da realização de cursos de capacitação profissional e organização produtiva da comunidade, o profissional de Serviço Social ainda dinamiza a dimensão sócio-pedagógica da profissão. Exerce esforços concentrados no sentido da conscientização, motivação, mobilização e organização comunitária. Executa em dois patamares a articulação e a instrumentalização popular, para que a comunidade se torne um corpo impermeável à manipulação política e ao conformismo social, que saiba apoderar-se de recursos jurídicos e institucionais para perfeita argumentação nos espaços das políticas públicas.

Para que isso aconteça, o Assistente Social realiza cursos de lideranças pautados em relações pessoais e sociais, políticas públicas, políticas sociais, habilidades de interlocução e oratória, estruturas institucionais e habilidades de liderança.

Esses cursos, conhecidos como de formação de lideranças, normalmente envolvem pessoas da comunidade em geral, não necessariamente apenas os líderes eleitos de associações e conselhos comunitários. Os cursos são divididos em partes teórica e prática, onde na primeira são ministrados os conteúdos e na segunda, ou se realiza uma pesquisa sócio-econômica, obrigando o cursista a conhecer melhor sua comunidade, ou a elaboração de um projeto social voltado à comunidade.

Além dos cursos, são realizados fóruns, palestras e outros encontros, onde se reúnem os líderes comunitários, para troca de experiência, para socialização de informações e construção de uma rede solidária entre as comunidades.

Tanto os cursos, como os outros tipos de encontro, são planejados e executados contando-se com o trabalho de diversos profissionais de outras áreas e instituições.



#### 4.3.4 - A FUNÇÃO E INSTRUMENTOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Os instrumentos passíveis de utilização pelo Serviço Social podem ser encontrados em grande número, basta conhecê-los e apropriar-se deles. Esses podem ser considerados teórico-metodológicos – que envolvem o arcabouço do conhecimento profissional, técnico-operacionais – que são as técnicas aplicadas pelo profissional no dia-a-dia – e materiais.

*“No serviço Social, geralmente compreende-se que os instrumentos de trabalho referem-se, apenas, ao arsenal técnico como entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos, etc. No entanto, o instrumental de trabalho inclui, além do arsenal técnico, as bases teórico-metodológicas que o profissional mobiliza para realizar o seu trabalho.”* (Simionatto, 1998, p. 13)

Desde o primeiro momento no desenvolvimento de um projeto, o Assistente Social estará aplicando seu instrumental de trabalho. O primeiro passo a ser dado pelo profissional, é o conhecer a realidade de uma comunidade, ou segmento social; para tanto, o mesmo utiliza a pesquisa, própria para se conhecer a realidade e o objeto a ser trabalhado. No Projeto CPP, a etapa de pesquisa se deu no momento em que antecedeu a implantação do projeto nas regiões do Saco Grande II, Jardim Ilha-Continente e PROMORAR. A pesquisa foi necessária para se aprofundar nas peculiaridades de cada comunidade.

Uma outra pesquisa utilizada, dentro do Projeto CPP era para o levantamento de cursos de interesse das comunidades. Essa acontecia anualmente, a fim de subsidiar a seleção de cursos de qualificação profissional para a solicitação de verbas junto ao CMTE/Fpolis.

São dados e informações normalmente coletados *in loco*, que para serem obtidos conta-se com o auxílio das lideranças comunitárias, dos próprios moradores e até mesmo voluntários. Essas pesquisas podem ser traduzidas como um instrumental do profissional para se chegar aos dados de uma certa realidade, subsídios para uma tomada de decisão dentro de um planejamento.

É a partir da análise da pesquisa que se terá o perfil da comunidade, sendo a partir dessa análise que se poderá estruturar um planejamento de ação.

O profissional fará uso de habilidades e técnicas de estatísticas, para poder organizar as informações coletadas por meio da pesquisa. Neste momento, o Assistente Social colocará

em prática toda sua capacitação de interpretação e análise crítica, instrumentos de investigação em Serviço Social, para melhor compreender e contextualizar os dados.

É necessário ao Assistente Social, dentro do gerenciamento do Projeto CPP, ter os conhecimentos profissionais e científicos suficientes para a compreensão da realidade a se trabalhar, a fim de que se possa ter disponível um trato crítico-analítico à luz das bases teóricas e dos princípios que devem direcionar os serviços públicos.

Gerenciar é planejar, organizar, controlar e dirigir; essa ação de gerenciar demanda do Assistente Social, habilidades extras de liderança, para assumir o compromisso dentro do Projeto CPP de ser o agente que dará a segurança necessária aos envolvidos, sabendo estabelecer democraticamente metas e objetivos claros e dar a orientação correta e decisiva para cada ação.

Outro recurso bastante utilizado é a documentação e registro de todas as atividades realizadas no Projeto CPP. São relatórios de visitas, atas de reuniões, diários de campo, tabulação de pesquisas entre outros documentos que servem tanto para o próprio registro como também de material de estudo para o monitoramento e avaliação da execução do projeto.

Para a execução das ações previstas no Projeto CPP, o Assistente Social é responsável pela articulação de todos os recursos e entidades envolvidos, da articulação das parcerias, da mediação entidade executora/governo/comunidade. Num espaço de socialização, discussão, construção coletiva e integração, onde os diferentes são postos frente a frente para alcançarem, através da cooperação e colaboração, um objetivo comum. Neste sentido, o Assistente Social faz uso de suas técnicas operacionais, que são a socialização da informação, articulação do conhecimento, articulação institucional e mediação e negociação.

Em grande parte, a atuação do Serviço Social se dá no sentido da socialização das informações, acerca de todo o trabalho desenvolvido pelo Projeto CPP, bem como a respeito do mesmo; para que o compromisso dos envolvidos não seja prejudicado, é imprescindível que todos estejam informados de todo o ocorrido, sendo que não somente o Assistente Social será o transmissor das informações, mas sim todos, cada qual trazendo suas contribuições.

A socialização da informação, junto à população, é técnica importante no trabalho do Assistente Social, pois é dessa forma que a população melhor acessa os serviços do Projeto CPP. Quanto às lideranças comunitárias, estas estarão mais capacitadas para a ocupação dos espaços das políticas públicas.

O profissional, sobre essa socialização, dá um trato, peculiar da profissão, de forma que essa ação não será apenas um repasse de dados, será uma interpretação das informações, de forma a fortalecer o conhecimento jurídico-institucional que o usuário deve ter.

Ainda faz-se importante o destaque dos instrumentos para o trabalho de socialização da informação junto às lideranças comunitárias, de instrumentalização dessa para o ingresso nas políticas públicas de trabalho e emprego. A principal meta seria o repasse dos conhecimentos, o que se faz utilizando cursos, seminários, palestras, reuniões e conversas informais. São necessários recursos como apostilas, cartazes, vídeos e retro-projetores, quadros brancos/negros, dinâmicas de grupo. Enfim, o mais variado material, que possibilite aos representantes comunitários a apreensão de um conhecimento acerca da realidade social, jurídica e institucional para ser utilizado de forma crítica e reivindicatória.

É importante lembrar que, grande recurso neste sentido, é habilidade profissional de diálogo e de repasse de informações e conhecimentos, com metodologias didáticas e de conversação adequadas para cada contexto.

O Assistente Social, na etapa de execução, utiliza-se também de contatos formais e informais, nos locais de cursos, para observar e monitorar diretamente a execução destes, utiliza-se de entrevistas e conversas informais com cursistas e lideranças comunitárias, para ouvir sugestões, reclamações ou qualquer outro tipo de comentário referente aos cursos e projeto.

Esse momento de contato com o usuário e comunidade, é um momento bastante próprio para que o profissional esteja informando às pessoas acerca do Projeto CPP, dos cursos, das políticas de trabalho e emprego, como qualquer outra informação referente aos trabalhos realizados.

São utilizadas também visitas às entidades conveniadas para que também haja o repasse de informações a essas, como também se ouça sugestões e reclamações, assim como é feito nas comunidades. Também são efetuadas reuniões onde todos os envolvidos, entidades executoras, coordenação e conselheiros locais, tenham seu espaço de conversa, integração, articulação e interação.

Nas atividades do Projeto CPP, a articulação do conhecimento técnico das diversas áreas é necessária para a formação de uma rede técnica que atinja uma

complementação das ações realizadas pelas instituições participantes. Para isto, o Assistente Social deve ser um coordenador na integração dos profissionais envolvidos.

As atividades do Projeto CPP, por si só, exigem o anteparo de uma equipe multidisciplinar, que é gerenciada pelo Assistente Social. Esses conhecimentos múltiplos são necessários tanto para análise do contexto macrossocial, para o conhecimento institucional dos diversos recursos como para a construção de estratégias. Mas, essas etapas do planejamento do projeto somente serão efetivadas com a articulação dos conhecimentos dos técnicos envolvidos.

A articulação entre parceiros/parceiros e parceiros/comunidade também se faz importante, para não haver comprometimento no entrosamento e interação dos participantes. É um trabalho que busca colocar em contato cada integrante do Projeto CPP, não somente nos momentos em que o Conselho Deliberativo se reúne, mas, no momento de execução das atividades também.

A partir do momento que as relações entre instituições/instituições e instituições/comunidade passam a ser mais constantes, há uma maior complementação entre esses. É importante, até mesmo, que representantes das entidades conveniadas visitem periodicamente as comunidades e locais onde acontecem os cursos. Desta forma, cresce o compromisso da entidade com o trabalho e a interação dos técnicos com a comunidade.

Para que o trabalho seja completo, o Assistente social esforça-se para que as relações entre os envolvidos sejam horizontalizadas e a contribuição, cooperação e colaboração sejam as desejadas, o profissional exerce o papel de mediador entre os participantes, negociando as melhores formas de realização dos objetivos. Para isto, há a necessidade da intermediação entre os diferentes, onde haja um consenso multilateral, sem prejuízo da participação dos parceiros para o resultado final.

O profissional de Serviço Social será mediador, tanto nas relações dos envolvidos, como nos interesses de cada um presente no Projeto CPP. O objetivo principal é que as demandas das comunidades atendidas pelo projeto sejam respondidas, para isso o Assistente Social deve encontrar o ponto de equilíbrio entre as necessidades das comunidades, os recursos disponíveis das entidades conveniadas e os interesses dessas e do governo municipal.

São técnicas necessárias para que metas e objetivos sempre estejam claros a todos e que interesses particulares não sejam sobrepostos aos objetivos comuns. *"A solução para*

*essas diferenças é facilitada pelo desenvolvimento de uma meta comum, que todos os membros da equipe aceitem e estejam dispostos a apoiar”*. (Pimentel, 2001, p. 52)

#### **4.3.5 - RESULTADOS E AVALIAÇÃO**

Em todo o processo de trabalho do Assistente Social, é imprescindível que objetivos e resultados a serem alcançados estejam determinados com segurança. Pois, são eles que darão base para a formulação de estratégias e serão, em si, aquilo que empregadores e usuários esperarão do profissional.

Então, esses resultados serão a razão da concretização das ações, por isto, de forma alguma se poderá traçar atividades e caminhos, sem saber onde se quer chegar. Resultados e metas devem estar intimamente ligados ao objeto de trabalho, pois é esse que desencadeia todo o processo. As necessidades descobertas a priori, são o que determinarão a projeção dos resultados a se buscar.

Dentro do Projeto CPP, para o Assistente Social, os resultados desejados podem ser expressos como:

- usuários com suas capacidades laborativas desenvolvidas;
- trabalhadores em condições de ingresso no mercado de trabalho;
- uma rede técnica sobre a questão do desemprego;
- espaços institucionais privilegiados de políticas públicas;
- comunidade organizada e representativa dos interesses populares e
- comunidade organizada frente sua produtividade.

A proposta principal do Projeto CPP, é a geração de novas oportunidades de trabalho e renda. A intenção é alcançar isso por meio da capacitação do trabalhador para desenvolver atividades de qualidade e a organização do trabalho informal.

É com vistas à organização comunitária e o aumento da renda do trabalhador por meio de uma atividade estável que são estabelecidas as etapas do planejamento do Projeto CPP.

Metas numéricas também são pré-estabelecidas para o projeto, de forma a avaliar-se a eficácia do mesmo. É antecipadamente determinada a quantidade de cursos a se realizar e o número de ingressos e egressos destes cursos. Principalmente se estabelece quantitativamente o número de trabalhadores a serem incluídos no mercado de trabalho, seja formal ou informal.

O principal resultado esperado pelo Projeto CPP, é o aumento da renda familiar dos egressos dos cursos de qualificação. Para poder ser avaliado isto, é feito um cadastro dos cursistas que concluem com sucesso os cursos para se poder fazer um acompanhamento desses no mercado de trabalho, se conseguem conquistar um emprego e se seus rendimentos chegam a ser o esperado.

Mas outros resultados também são esperados:

- que o trabalhador, após a conclusão do curso, tenha plenas condições de exercer a atividade para a qual foi qualificado, ou seja, que seu aprendizado tenha sido aquele que o conteúdo programático do curso previa;
- que os espaços de discussão e participação nas políticas públicas sejam plenamente aproveitados pelos representantes comunitários, e que as lideranças comunitárias obtenham os conhecimentos institucionais, políticos e jurídicos necessários para o exercício da representatividade e orientação comunitária e
- que as alianças, com os diversos atores sociais, fortaleçam-se a cada momento da implementação do Projeto CPP.

A projeção desses resultados é importante para uma outra etapa do planejamento das ações do Projeto CPP: a avaliação.

A avaliação é a análise do processo como um todo, avaliação *ex-post* que leva em consideração a eficácia do projeto, isto é, compara metas previstas com metas alcançadas. Essa avaliação tem o objetivo de além de avaliar eficácia, e até mesmo a eficiência, das ações realizadas, também dar visibilidade social ao projeto, prestação de contas a todos os que direta e indiretamente envolvidos e interessados; identificar a contribuição prestada por cada entidade envolvida e ter-se a legitimidade necessária diante da comunidade a partir dos resultados alcançados. (Oliveira, 1998)

Para o Serviço Social a maior importância da avaliação é *que “ainda que a análise de uma dada política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns*



*resultados prováveis, somente a avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa X e um resultado Y". (Arretche, 1998, p. 31)*

Por isto, há a necessidade de que cada momento do processo seja passível de controle e avaliação; para tanto, constroi-se todo um instrumental informativo – relatórios, registros, diários de campo, etc. – acerca das etapas do planejamento, onde possa ser tomado como base para uma análise quanto a sua qualidade e se foi capaz de atingir as metas pré-estabelecidas.

Esse instrumental informativo é obtido pelos relatórios das visitas aos cursos e grupos de trabalho e geração de renda, atas de reuniões, relatórios e registros de encontros com lideranças comunitárias, cursistas e representantes das entidades executoras; também obtido pelos controles de frequência de aula, cadastro de alunos nos cursos e relação de alunos concluintes e planilhas de gastos e de materiais utilizados.

A avaliação do Projeto CPP é feita anualmente, após o período de execução dos cursos. Reunindo-se em um primeiro momento apenas as lideranças comunitárias e técnicos coordenadores do Projeto CPP, a fim de que se discuta a respeito da validade dos cursos, se esses cumpriram com sua proposta de qualificar profissionalmente o usuário e se o compromisso das entidades executoras e lideranças comunitárias foi efetivo.

Nestas reuniões de avaliação é levado em consideração desde a estrutura que a comunidade oferece para a implantação do curso, até a análise macrosocial das políticas de trabalho e emprego no Brasil.

Essas reuniões são realizadas preferencialmente nas próprias comunidades, assim caso algum mais usuário ou aluno egresso tenha o interesse de participar, poderá o fazer.

Destas avaliações, a partir do levantamento quantitativo e qualitativo dos resultados alcançados pelos cursos, são retirados os encaminhamentos para que nos próximos cursos o aproveitamento por parte dos cursistas, seja maior, também são levantadas propostas sobre políticas de trabalho e emprego a serem levadas ao CMTE/Fpolis.

Em um segundo momento, são reunidos representantes das entidades conveniadas e conselheiros locais para a apresentação da avaliação por parte da comunidade e também uma análise acerca das ações do projeto, nos moldes da avaliação feita junto às lideranças comunitárias.



Nesse momento, onde a avaliação é realizada pelo Conselho Deliberativo, vai-se mais além dos cursos: analisa-se a comunidade em relação ao Projeto CPP, como são vistos os cursos por parte da população e se essa, de alguma forma, envolveu-se com o projeto.

Ainda há a questão do controle social das ações institucionais. Devido isso, faz-se necessário que o público tenha claras e completas as informações quanto às ações e atividades desenvolvidas pelo Projeto CPP e todas as etapas de seu gerenciamento, sendo permitido à comunidade que acompanhe de perto a execução de cada atividade. A comunidade deve ter garantido, não somente o acesso a tais informações, mas de apresentar sua avaliação e de ser ouvida por todas as entidades envolvidas, através de seus representantes comunitários.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo efetuado, e levando em conta a leitura sobre políticas sociais de combate à pobreza, de organização e execução dessas e a inserção do Serviço Social no contexto de uma organização pública, podem-se apresentar algumas considerações.

A atenção governamental sobre a crise do emprego procura pensar o desenvolvimento auto-sustentado para além da esfera econômica. As políticas sociais de trabalho e emprego são uma alternativa, paralela à Assistência Social, de distribuição de riquezas, pois ao se dinamizar a economia nacional, gerando empregos, a circulação de renda será maior. As ações governamentais precisam ser incrementadas, de forma a inovar, ampliar e sistematizar os programas e projetos de combate à pobreza, com propostas viáveis com vistas ao benefício da população.

Através de redes e parcerias, entre Estado, Mercado e Sociedade Civil pode-se construir de alianças como estratégias de otimização de recursos institucionais e de análise sobre a melhor forma de aplicá-los. Necessariamente as relações entre estas esferas devem ser horizontalizadas, onde o compromisso e responsabilidade com o desenvolvimento social sejam em igual peso para cada uma. Dentro dessas alianças será de extrema importância que a todo momento se tenha os objetivos voltados ao benefício da população, isto é, que interesses particulares não sejam postos a frente de interesses coletivos, e que o Estado cumpra com o compromisso de gestor de políticas públicas e implementador de programas de interesse social.

É oportuna a promoção da participação popular nos espaços deliberativos das políticas públicas. É compromisso do profissional de Serviço Social, dentro de seu projeto de sociedade, a preparação e instrumentalização dos representantes populares, para que esses legitimem suas posições assumidas dentro dos foros, comissões e conselho de direito, e que

conquistem cada vez mais os espaços dentro do planejamento social. Faz-se importante também a construção do conhecimento jurídico-institucional da população em geral, para que esta saiba buscar seus direitos sociais e constitucionais, e que o profissional de Serviço Social, da melhor forma possível, contribua para a legitimação desses.

O planejamento social se constitui como instrumento de grande valia dentro dos planos governamentais, pois contribui no combate ao pontualismo de programas sociais e à fragmentação das políticas de atendimento social – questão bastante discutida nos foros de avaliação da Assistência Social; ainda estabelece parâmetros que facilitam a avaliação e o monitoramento das ações. Pois com metas e objetivos pré-determinados as ações governamentais são melhor encaminhadas e avaliadas, reduzindo, assim, os riscos de insucesso; dá segurança aos agentes envolvidos e visibilidade aos trabalhos sociais, de forma a facilitar o acompanhamento e controle das atividades pela população.

O Assistente Social mostra-se como agente próprio para o gerenciamento social. Pois ao construir o conhecimento acerca da realidade dos problemas sociais enfrentados pela população, utiliza-se uma visão crítica própria da profissão, o que conduz o profissional a um aprofundamento nas questões sociais, buscando conhecer e combater as reais causas dos problemas, propondo soluções consistentes e não superficiais. O Assistente Social, no gerenciamento social, manterá vivo o compromisso com os interesses da coletividade, praticando seu papel de mediador entre interesses do empregador e da população.

A clareza do Assistente Social a respeito de seus processos de trabalho serve para situá-lo na divisão social do trabalho, distinguindo-o dos demais profissionais por meio de suas particularidades e práticas profissionais. Também serve para que o profissional possa prever os resultados de seu trabalho, alocando os recursos necessários para alcançá-los. O grande trunfo do Assistente Social é seu conhecimento teórico, desde que bem aplicado na prática. Para isso é preciso saber como fazê-lo, o que pode ser conseguido através de um bom estudo sobre seus processos de trabalho.

Para concluir, a partir da análise deste estudo, pode-se colocar como sugestões a busca da consolidação do planejamento social das organizações públicas, como forma de garantir a eficiência, eficácia e efetividade das políticas sociais, levando em conta o treinamento de seus quadros técnicos neste assunto.

Sugere-se também o contínuo aperfeiçoamento do profissional de Serviço Social em seus processos de trabalho, visando a objetividade em suas ações e a subjetividade da profissão. Bem como dar-se continuidade no estudo das metodologias de planejamento e gerenciamento de projetos sociais do Serviço Social.

Outra questão relevante ao Assistente Social é de valorizar o exercício do trabalho multidisciplinar, de forma que o Assistente Social não se prenda a um trabalho endógeno, não vislumbrando a diversidade de estratégias de enfrentamento das expressões sociais.

Por fim, sugere-se que os profissionais e acadêmicos de Serviço Social sempre levem em conta a construção do conhecimento da profissão vinculada ao seu exercício, pois os desafios enfrentados diariamente pelo Assistente Social, seus sucessos e insucessos são o que constroem as bases para a intervenção do Serviço Social.

## 6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: MELO-RICO, Elizabeth (org). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-40, 1º. sem. 1995.

BRASIL, Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado. **Cadernos MARE**. vol 1-13, Brasília: MARE, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Plano Nacional de Formação Profissional**. Brasília: SEFOR, 1996.

CHAVES, Luiz Carlos. **O CPP e o Serviço Social. Texto e contexto de uma experiência sócio comunitária no bairro do PROMORAR**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Serviço Social. Florianópolis: UFSC.

COHN, Amélia. Os desafios da sociedade civil na virada do século. In: Simpósio Brasil-Alemanha, 4., 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Konrad Adenauer Stigheng, 1998. p. 101-118.

CÓRDOBA, A. Desarrollo de la Capacidad Institucional em la Implementación de las Políticas Sociales en la Provincia de Santa Fé: posibilidades y limitaciones del gerenciamento social. **Anais da XIX Jornadas Nacionales de Trabajo Social**. Federación Argentina de Asociaciones Profesionales de Servicio Social. Mar del Plata, 15/19 de out. 1997.

DOWBOR, Ladislau; BAVA, Silvio Caccia. Políticas Municipais de Emprego. In: SEMINÁRIO EMPRESA SOCIAL, 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IEE, PUC, 1996. p. 91-110.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol 3, n 06, 1988. p. 54-78.

FRANCO, Augusto de. **As ONG's e a (nova) parceria**. Brasília, 1994, 100 p. Trabalho não publicado.

FRANZONI, Tereza Maria. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e a administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1993.

FROES, César; NETO, Francisco Paulo de Melo. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GOULART, Sidnéia Valdelina S. **Projeto Centros de Profissionalização Popular: uma experiência de profissionalização popular no bairro do Saco Grande II**. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Serviço Social, Florianópolis: USFC, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População**. Apresenta a densidade demográfica do Brasil de 2000 e 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 09 de abril de 2001.

JACOBI, Pedro. ASMARE: o papel das parcerias na geração de renda. In: Camarotti, Ilka; Spink, Peter (org). **Parcerias e pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 33-60.

LEIRAS, Rafael. Maioria vê turista como chance de renda extra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 de jan. 2001. Seção Geral, p. 28-30.

LIMA, Antônio Almerico (coord.) et al. **Manual dos conselheiros das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego**. Florianópolis: CUT, 1998.

LINK, Martina Anísia. **Sonhos & Utopias: um ensaio sobre a luta dos egressos do CPP em busca do ingresso no mercado de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Sócia. Florianópolis: UFSC, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MEHEDFF, Nassim Gabriel. Do operário padrão ao cidadão produtivo: o desafio de educar para a empregabilidade. **Notas sobre o mercado de trabalho**. Brasília: SEFOR. 1998.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 50, ano XVII, p. 191-195, abril. 1996.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Planejamento de Políticas Sociais: planos/ programas/ projetos. In: **Curso Formação Profissional: um projeto de atualização**. Módulo II. Cadernos de Textos n. 04. Florianópolis: CRESS 12ª. Região, 1998. p. 07-48.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Avaliação de Políticas Soiais. In: **Curso Formação Profissional: um projeto de atualização**. Módulo II. Cadernos de Textos n. 04. Florianópolis: CRESS 12ª. Região, 1998. p. 49-70.

PIMENTEL, Nara (coord.). **Curso de Capacitação para Conselheiros de Trabalho e Emprego**. Florianópolis: UFSC, 2001.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Políticas de trabalho e garantia de renda no capitalismo**. São Paulo: LTR, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. **Convênio que entre si firmam Prefeitura Municipal de Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Fundação de Ensino Técnico de Santa Catarina, Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**. Florianópolis, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. **Perfil de Florianópolis**. Apresenta a densidade demográfica, crescimento demográfico e população urbana e rural do município. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/perfil\\_de\\_florianopolis.html/](http://www.pmf.sc.gov.br/perfil_de_florianopolis.html/)>. Acesso em 09 de abril de 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. Florianópolis. **Ata da reunião do Convênio CPP realizada no dia 02 de março de 1995**. Livro 1, p. 18-19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF. **Projeto Centros de Profissionalização Popular**. Florianópolis, 1993.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, módulo 04. CFESS, 2001. p. 96-110.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHONS, Selma. A Assistência Social na Perspectiva do Neoliberalismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 49, ano XVI, p. 172-189, 1995.

SILVA, Elizete Catarina da. **O Projeto CPP na comunidade do Sol Nascente**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social. Florianópolis: UFSC.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. Um novo fazer profissional. In: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, módulo 04. CFESS, 2001. p. 167-181.

SIMIONATTO, Ivete. Serviço Social e Processo de Trabalho. In: **Curso Formação Profissional: um projeto de atualização**. Módulo I. Cadernos de Textos n. 04. Florianópolis: CRESS – 12ª. Região, 1998.



VIEIRA, Ricardo Stanziola. **Direito à vida e movimentos sociais na perspectiva das necessidades e da alteridade**. 1999. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas. Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis: UFSC.

## 7 – BIBLIOGRAFIA

ALBIERO, Cleci Elisa. **Convênio UFSC/CPP: relato de uma experiência de Serviço Social na perspectiva popular.** 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social. Florianópolis: UFSC.

AMADEO, Edward. A evolução recente da oferta de trabalho e do emprego no Brasil. **Notas Sobre o Mundo do Trabalho.** Brasília: SEFOR, 1998.

\_\_\_\_\_. Edward. Geração de emprego e realocação espacial no mundo do trabalho. **Notas Sobre o Mundo do Trabalho.** Brasília: SEFOR, 1998.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão Social no Brasil e Serviço Social.** Recife. Trabalho não publicado. 12 p. (?)

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 8.8662: lei disciplinar do exercício da profissão de Assistente Social.** 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado. **Cadernos MARE.** vol 1-13, Brasília: MARE, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério de Administração e Federal e Reforma do Estado. **Organizações Sociais / Secretaria da Reforma do Estado.** Brasília: MARE, 1997, Cad. 2. 35p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Diretrizes para Programas de Geração de Emprego e Renda.** Brasília: MTb, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado.** Brasília: SEFOR, 1995.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Manual de cooperativas.** Brasília: MTb, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho.** Brasília: SEFOR, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **PEQ's e Parcerias**: diretrizes de planejamento 1999/2002 e propostas de alocação de recursos. Brasília: SEFOR, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **PLANFOR e suas diversas formas de avaliação**. Brasília: SEFOR, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador**: trabalho e empregabilidade. Brasília: SEFOR, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Política para a Educação Profissional**. Brasília: SEFOR, 1995.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Sistema Público de Emprego & Educação Profissional**: implantação de uma política integrada. Brasília: SEFOR, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado nos anos 90. Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: MARE, 1997. Cad. 01 57 p.

CAVALCANTE, Maria Tereza Leal. **Assistente Social e mercado de trabalho**. Disponível em: < <http://pessoal.onda.com.br/colman/documen.htm> >. Acesso em 12 de junho de 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 62, ano XXI, p. 144-155, 2000.

CORDEIRO, José Lucas. Gasto Federal com Assistência Social e suas fontes de financiamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 62, ano XXI, p. 113-143, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação Profissional**. Brasília: Teleducção, UnB, 1997.

ESPING – ANDERSEN, Gosta. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n 35, p. 35-41, 1995.

FERRAZ, Anna Paula; CRISÓSTOMO, Eleni. **O desemprego na reestruturação produtiva**. Recife. Trabalho não publicado. 7 p.

GESTORES Sociais. Textos de Apoio. São Paulo: AAPCS, 1998.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 58, ano XIX. p. 09-23, 1998.

GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 62, ano XXI, p. 93-112, 2000.

GRANDT, Roseli Simone. **A trajetória do primeiro grupo de produção do Projeto CPP: dilemas e possibilidade.** 1996. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social. Florianópolis: UFSC.

JOVCHELOVICH, Marlova. O processo de descentralização e municipalização no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 56, ano XIX, p. 34-49, 1998.

LEITE, Marcia de P. Restruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: **O Mundo do Trabalho: crise e mudanças no final de século.** São Paulo: Página Aberta, 1992.

LOPES, José Rogério. Mínimos sociais, cidadania e Assistência Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 58, ano XIX, p. 94-108, 1998.

MARTINS, Heloise de Sousa. **Terceirização: diversidade no mundo do trabalho.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Humberto Falcão. **Contratos de Gestão como Estratégia de Reforma: em busca de soluções para o problema da autonomia gerencial das organizações públicas.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1999.

MEHEDFE, Nassim Gabriel. **Educação Profissional: quem não qualifica, não compete.** Notas sobre o mercado de trabalho. Brasília: SEFOR, 1998.

MONTANO, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 53, ano XVIII, p. 102-125, 1997.

O COOPERATIVISMO e a Organização. Florianópolis. 35 p. Trabalho não publicado.

PEREIRA, Potyara Amazoneide. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais.** Trabalho não publicado.

SALERNO, M. **Produção, Trabalho e Participação: processo e relações de trabalho no Brasil.** São Paulo: Atlas, 1985.

SANTANA, Raquel Santos. O desafio da Implementação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 62, ano XXI, p. 73-92, 2000.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Avaliação das Políticas Sociais: Concepção e Modelos Analíticos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 53, ano XVIII, p. 74-79, 1997.

STEIN, Rosa Helena. A descentralização político administrativa na Assistência Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 59, ano XX, p. 24-46, 1999.

TELES, Vera da Silva. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (Org.). **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos,**

movimentos sociais, estado e cidadania no curso dos anos 90. São Paulo: Hucitec, 1994. pp. 225-243.

TENÓRIO, Fernando G. (Org) **Gestão de ONG's. Principais funções gerenciais**. 3 ed. Rio de Janeiro: FVG, 1999.

VIEIRA, Evaldo Amaro. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 53, ano XVIII, p. 67-73, 1997.

VILLELA, Ricardo; BAPTISTA, Cristina. Floripa, a campeã. **Veja**, São Paulo, n 9, ano 39, p. 78-81. mar. 2001.

YASBECK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 56, ano XIX, p. 50-59, 1998.

ANEXO

## DADOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome do aluno: Gelton Medeiros

Matricula: 9521601-4

Ano de desenvolvimento do Estágio Supervisionado I: 1999      Semestre: 99/2

Nome do local de Estágio: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Divisão de Capacitação Profissional  
Projeto Centros de Profissionalização Popular

Nome do Profissional Supervisor de Campo: Adair Silveira

Nome do Professor Supervisor da UFSC: Nilva Souza Ramos

Número de horas desenvolvidas: 320 horas

Ano de desenvolvimento do Estágio Supervisionado II: 2000      Semestre: 00/1

Nome do local de Estágio: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Divisão de Capacitação Profissional  
Projeto Centros de Profissionalização Popular

Nome do Profissional Supervisor de Campo: Adair Silveira

Nome do Professor Supervisor da UFSC: Nilva Souza Ramos

Número de horas desenvolvidas: 320 horas

Ano de desenvolvimento do Estágio Supervisionado III: 2000      Semestre: 00/2

Nome do local de Estágio: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social  
Departamento de Desenvolvimento Social  
Divisão de Capacitação Profissional  
Projeto Centros de Profissionalização Popular

Nome do Profissional Supervisor de Campo: Adair Silveira

Nome do Professor Supervisor da UFSC: Nilva Souza Ramos

Número de horas desenvolvidas: 320 horas